

Jornal da Vila de Prado



Director: Alfredo Pedrosa • Ano XI • Número 132 • 17 de Abril de 1998 • Taxa paga • Mensário: 85\$00 • Vila de Prado/4730 Vila Verde/Portugal

Ponte de Prado dá dores
de cabeça à polícia na
noite de Páscoa

Pág. 2

Igreja Velha de Prado
está quase como nova

Pág. 3

Presidente da Câmara
revela clara aposta
no Turismo

Pág. 5

Aterro em Atiães
continua nos horizontes

Pág. 6

ATAHCA prossegue
criação de riqueza

Escola de Codessal
desperta sensibilidades

Pág. 7

Câmara revitaliza
actividade comercial

Hospital de Vila Verde
reabre em Maio

Pág. 11

Serra Nevada
termina trilogia dedicada
a Lourenço Rodrigues

Clube Náutico de Prado
tem identidade dupla

Pág. 12

Clube de Montanhismo
denuncia corte de
carvalhos para lenha

Jardins de infância
dividem vereação

Pág. 14

Lobos incomodam
Aboim e Gondomar

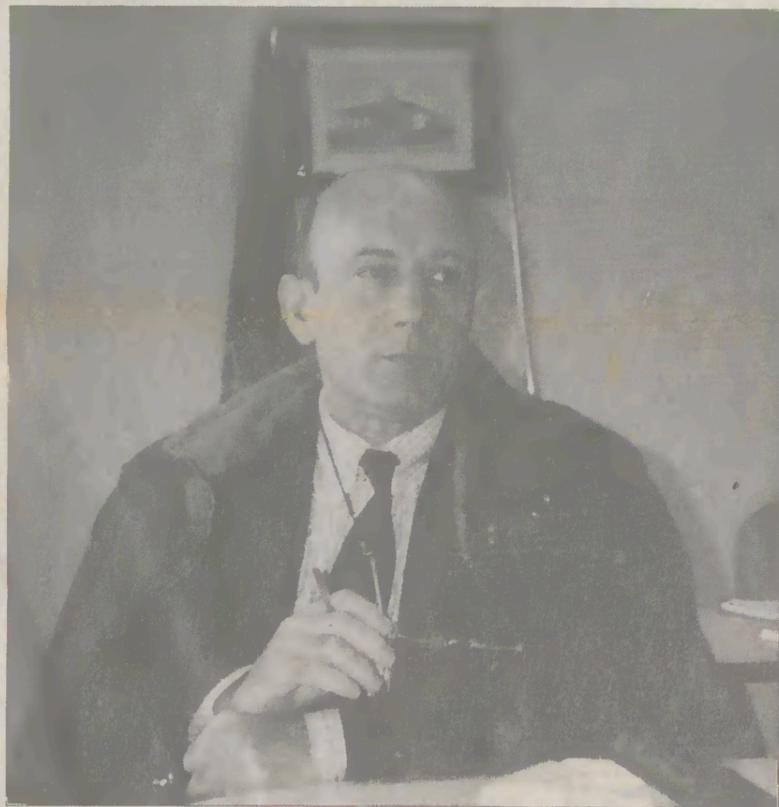
Última

Reconhecendo atropelos e desigualdades de tratamento...

ANTÓNIO MACEDO PROJECTA "DIA DE PRADO"

"Congregar as gentes da antiga Terra de Prado" é a intenção da renovada Junta de Freguesia da Vila de Prado, presidida pelo social-democrata Prof. António Macedo, que exorta todos os pradenses a "esquecerem a cor das bandeiras e a trabalharem em prol da cor da bandeira comum", num evento planeado para o mês de Junho sob a designação de "Festa da Vila de Prado".

Págs. 8 / 9



O Professor Catedrático Aurélio de Oliveira desfaz as dúvidas

TÚMULOS
CONFIRMAM
INSTALAÇÃO
DOS TEMPLÁRIOS
EM CERVÃES



Última pág.

CDU condena "calamidades e ilegalidades"

O Plenário da Coligação Democrática Unitária (CDU) de Vila Verde, reunido em 24 de Março, veio a público mostrar indignação pela "calamidade pública" que representa a lixeira de Dossãos, que continua a ser o depósito dos resíduos sólidos do concelho de Vila Verde.

No âmbito da comemoração do Dia Mundial da Árvore, os filiados e simpatizantes da CDU, denunciando ainda a existência de "várias lixeiras espalhadas por todo o concelho", consideram "urgente a resolução do tratamento dos lixos".

Mas as reclamações desta força política concelhia estendem-se ainda ao bem conhecido caso da margem do rio Homem em Coucieiro, onde, sustentam, "persistem as ilegalidades, continuando por resolver um problema que já todas as entidades consideram ilegal". Reportam-se os adeptos da CDU à irregular apropriação por particulares de uma considerável faixa da margem do rio Homem que tanto brado deu nos últimos anos. Disponibilizam-se mesmo para "levar o problema até às últimas consequências" caso a população e a Junta de Freguesia de Coucieiro a isso se mostrem dispostas.

Mas o descontentamento da CDU estende-se igualmente ao urbanismo praticado no concelho, revelando temer que "o futuro paisagístico e turístico possa ser comprometido pela construção de caixotes de cimento sem qualquer critério, esbarrando com o meio envolvente". E como exemplo apontam a Vila de Prado, sendo sabido que têm diligenciado no sentido de apurar junto das entidades competentes da legalidade da construção do prédio que vem sendo erigido em pleno cruzamento no centro urbano daquela localidade, face à sua alegada implantação sobre um canal de regadio.

Mas também a declarada existência de "gravíssimos problemas sociais" no concelho de Vila Verde não escapa ao olhar atento da CDU, designadamente "a precariedade do emprego, o trabalho clandestino e as condições habitacionais sub-humanas em que vivem muitas famílias". O plenário promete levar a cabo sessões de esclarecimento e exigir que a Câmara tome medidas em matéria de acção social, como formas de combate a tal "flagelo".



A lixeira de Dossãos é tida pela CDU como "calamidade pública".

Natércia Pinto expõe na Biblioteca Municipal

A partir do dia 6 de Março o público em geral e os amantes de arte em particular tiveram oportunidade de visitar uma mostra de pintura da autoria de Natércia Pinto, na biblioteca Professor Machado Vilela, em Vila Verde.

Natural de Torres Novas, a artista radicou-se na cidade dos arcebispos há 19 anos. A sua técnica não se insere em qualquer corrente artística, visto tratar-se de uma autodidacta na plena acepção da palavra.

Começou por se dedicar especialmente à aplicação da grafite ao retrato, após o que passou a enveredar por uma tendência artística caracterizada pela presença da cor, em aguarelas e trabalhos de técnica mista, assente numa temática em que a realidade circundante é motivo de um sentimento de permanente angústia.

No dizer de Lourdes Magalhães, "... As imagens que inventa, a utilização de diferentes níveis de leitura matérica são um fenómeno de dominação expressiva, sempre simbólica... sempre poética... sempre bela...".

Dores de cabeça na ponte de Prado...

TRADIÇÃO ACABA EM MANIFESTAÇÃO

Nada o fazia prever mas umas dezenas de jovens, a pretexto da tradição pascal, interromperam o trânsito na parte central da velha ponte filipina de Prado, incutindo a tal acto o cunho de reivindicação do arranque imediato das prometidas obras de construção da nova ponte.

Tudo leva a crer ter-se tratado de uma iniciativa espontânea, eventualmente relacionada com a passividade e descaracterização que de há uns anos a esta parte se vive na noite de Páscoa em matéria de cumprimento da secular tradição de comer o ovo cozido em cima da ponte, quando soam as badaladas da meia-noite, lançando as cascas ao rio e entoando aleluias. Cerimonial de origem desconhecida a que lendariamente está associada a prevenção de dores de cabeça ao longo do ano.

Os cânticos de pendor religioso e a ingestão de ovos vêm sendo substituídos por uma alargada concentração de jovens, que munidos de copos e de garrafas contendo bebidas alcoólicas se aglomeram e deambulam na e pela ponte e redondezas, dando azo não raro a uma euforia irracional ou aguardando que algo de animado aconteça. Se no ano transacto a pancadaria havia sido o mote, apenas com a família "Baixo" a persistir nos cânticos de aleluia, já desta feita foi o som de um batuque que mais se fez ouvir, acompanhado de gritos como "A ponte é nossa" e "ide pró caralh...", a partir da altura em que agentes da autoridade intervieram no sentido de tentar dispersar a turpe que impedia a circulação do trânsito.

O relativo aparato evidenciado pelas unidades da GNR e da Brigada de Trânsito que acorreram à ponte não dissuadiu os perturbadores da ordem pública, antes teve o condão de os espicaçar e os pneus dos veículos policiais estacionados em cima da ponte acabaram mesmo por ser esvaziados. A mini-manifestação acabou por ser dada por concluída, como era previsível, quando os agentes da autoridade, minimamente normalizado o tráfego, bateram em retirada, por volta das 2 horas da madrugada.

• Consignação da nova ponte para breve

A propósito da nova ponte de Prado, havia o Governador Civil anunciado dias antes deste burlesco episódio que a consignação da obra está para breve e que tudo leva a crer que o arranque da construção tenha lugar ainda antes do final do primeiro semestre deste ano.



Isso mesmo revelou Pedro Bacelar Vasconcelos, no dia 17 de Março, à Comissão de Utentes, que chamou ao Palácio dos Falcões, alegadamente após ter-lhe sido transmitido um ponto da situação pelo Ministério de João Cravinho. Informações ministeriais que o Governador fez questão de sublinhar nada adiantarem em relação ao que anteriormente havia sido transmitido à mesma Comissão e que provocou uma forte reacção de Martinho Gonçalves. O deputado, vendo ameaçadas expectativas por si e por João Cravinho anteriormente formuladas e temendo o recrudescimento do clima de contestação popular, veio a público condenar o Governador Civil e afirmar que a obra havia já sido adjudicada em 30 de Dezembro e ultrapassada a fase de audição dos concorrentes, supostamente aventada pela Vice-Governadora perante a Comissão de Utentes.

Tudo parece estar agora devidamente esclarecido, não deixando Pedro Bacelar de Vasconcelos de sublinhar que a empreitada se encontra ainda em fase de adjudicação, que terminará com a emissão do Visto do Tribunal de Contas, para dar lugar ao acto de consigna-

ção e só então, frisa, poderá ser dado início às obras. Acrescenta pois que os compromissos assumidos pelo ministro da tutela não sofreram qualquer desvio. Ministro que em Novembro do ano passado, no acto de anúncio público da adjudicação da variante às E.N.101 e 201, em plena ponte filipina, prometeu que no Natal de 1999 já o trânsito circularia sobre a nova ponte.

Recorde-se que a construção da variante foi adjudicada à empresa "Construção Cerejo dos Santos, S.A." pelo valor de cerca de 1,7 milhões de contos, enquanto caberá à "Obrecol-Obras e Construções, S.A." a execução da nova ponte sobre o rio Cávado contra o pagamento de perto de 1,2 milhões de contos, dispendo ambas as empresas de 500 dias para dar por concluídas as empreitadas e assim por realizada uma aspiração com mais de cinco décadas.

Soubemos entretanto que a empresa a quem foi adjudicada a construção da ponte já se está a movimentar no sentido de alugar uma casa agrícola que albergue os tratadores que erigirão a ponte e de conseguir quem lhes confeccione as refeições, informando que numa primeira fase apenas serão uma dezena, para depois passarem a meia centena.



AGRADECIMENTO

Luísa da Glória Gomes Ferraz

Vila de Prado

Sua família, profundamente sensibilizada pelas manifestações de pesar e carinho recebidas aquando do falecimento de sua ente querida, Sra. D. LUÍSA DA GLÓRIA GOMES FERRAZ, vem por este e ÚNICO MEIO, na impossibilidade de o fazer individualmente, agradecer a todas as pessoas que, com a sua presença, se dignaram participar nas cerimónias fúnebres e ainda a todas aquelas que de outro modo se associaram à sua dor.



ARTIGOS DE ARTESANATO
EM LINHO
MINHO - PORTUGAL

Maria Helena Dantas, L.da

EXPORTADORES

FÁBRICA DE BORDADOS REGIONAIS

SEDE E FÁBRICA: Lugar da Fuzelha - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde
Telefs. - 922247 / 922269 - Fax 921869

LOJA COMERCIAL: Lugar do Outeiro - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde • Telef. - 921001

Variedade de linhos,
Toalhas de Mesa,
Jogos à Americana,
Tabuleiros, Sacas,
Guardanapos,
Artigos com renda...
Reposteiros e cortinados,
colchas coroa-de-rei e estilo
antigo, naperons decorati-
vos, palas, abat-jours...

Ainda há bairrismo e gente briosa na Vila de Prado

IGREJA VELHA ESTÁ QUASE COMO NOVA

Cumprindo na íntegra os objectivos a que se propôs nos finais de 1997, uma comissão de oito humildes e trabalhadores pradenses "de sete costados" deu por concluída a recuperação e restauro dos sectores da Igreja Matriz da Vila de Prado que se encontravam em nítido estado de degradação.

Efectivamente, como aliás tivemos oportunidade de informar por duas vezes, os oito magníficos e inconformados habitantes de Prado que deitaram mão à igreja seiscentista, temendo a ruína que marcadamente o estado de conservação do imóvel anunciava, haviam estabelecido como prazo para a conclusão das obras de restauro a época pascal e acabaram mesmo por ver antecipado tal desiderato. Os paroquianos que frequentam aquele sentimental e arquitectonicamente emblemático edifício religioso de estilo barroco, que constitui uma das preciosidades desta vila à beira Cávado plantada, tiveram ensejo, durante as manifestações litúrgicas da Quaresma e da Páscoa, de contemplar o apurado e estupendo trabalho de renovação ali levado a cabo designadamente no que concerne ao tecto, em madeira pintada a óleo. *Todo ele foi removido, visto estar irreversivelmente deteriorado, face às infiltrações de águas pluviais pelo telhado, e substituído por madeira estrangeira, cabendo ao consagrado pintor de arte sacra, Vitor Mendes, sucessor de José Vicente Mendes, que ali deixou obra, o extraordinário trabalho de reposição das pinturas originais, que agradou sobremaneira aos solicitadores dos seus serviços, que não esconderam perante nós o orgulho na obra feita.*

Notável obra sem dúvida, precedida, como não poderia deixar de ser, da providenciação de uma nova cobertura com telha lusa, como a substituída, após a colocação de um novo ripado na estrutura de madeira que suporta o telhado. Face à infiltração de humidades também as paredes exteriores foram alvo de uma operação de renovação, tendo sido, após decapagem das massas velhas, rebocadas, areadas e pintadas a branco, obedecendo a modernos processos de impermeabilização, para além de que toda a cantaria em pedra foi lavada e tratada mantendo o aspecto original.

Empreendimento orçado em 15.445.700 escudos, suportado quase integralmente pelos habitantes da Vila De Prado no âmbito de um alargado peditório levado a efeito pelos respectivos promotores, visto

os anteriores membros da Câmara Municipal terem contribuído com 700 mil escudos. A Comissão de Restauro da "Igreja Velha" aproveita mesmo o ensejo para rebater energicamente o boato que alegadamente terá circulado de que o Estado já participou com 15 mil contos para a obra. Afirmam categoricamente os seus elementos que tudo o que está feito se fica a dever à generosidade da população de Prado, a quem agradecem vivamente todo o apoio dispensado.

Esclarecem que tornada pública foi a intenção governamental de subsidiar o empreendimento, tendo o Secretário de Estado das Obras Públicas, no Governo Civil de Braga, em Dezembro, solicitado a formalização de uma candidatura ao Sub-Programa 2, que visa a participação de equipamentos de utilização colectiva para que sejam definidos orçamentos iguais ou inferiores a 10 mil contos.

Processo que os serviços da Câmara elaboraram e foi despachado, em nome da Fábrica da Igreja Paroquial de Sta. Maria de Prado, para os competentes organismos tutelados pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território e que respeita apenas à "substituição da cobertura, reposição da telha, restauro do madeiramento do tecto e da decoração em pintura de arte sacra". Custo estimado em 9.900 contos, para cujo financiamento conta a Comissão de Restauro com uma participação estatal de 5.940 contos. Aliás, procedimento também já encetado para a reparação do adro da mesma igreja, que aguarda ainda deferimento do Estado.

Mas como esta Comissão se mostra decididamente empenhada em prosseguir o ímpeto concretizador verificado nesta primeira fase do restauro, apela desde já à continuidade da imprescindível colaboração da população no sentido do arranque imediato da segunda fase, para o que se mostram os seus oito constituintes dispostos a reencetar a ingrata tarefa de bater de novo à porta dos seus



Obra de arte na fiel reposição do tecto.

conterrâneos. Intentam agora renovar as paredes interiores do edifício do séc. XVII, assim como os dourados, pinturas das madeiras e o soalho, colocando rodapés em granito e portas novas em madeira pintada.

Pretendem assim completar o serviço principiado, que tinha cariz de urgência, de forma a que o restauro fique definitivamente concluído e os frequentadores e visitantes daquele espaço de prática religiosa não sejam confrontados com disparidades estéticas resultantes do contraste do que foi tornado novo com o que manifestamente se apresenta como velho e a carecer de renovação.

Estamos em crer que tanto o povo de Prado como o Estado irão dar uma resposta positiva e que a breve trecho aquele inestimável património voltará a assumir a dignidade e grandiosidade detida noutros tempos, nomeadamente quando aquele lugar, agora visível e lamentavelmente degradado e menosprezado, constituiu o centro do extinto concelho de Prado.

Bem-hajam pois os denodados e briosos pradenses que tomaram a seu cargo tão meritório empreendimento, constituindo um vincado e reconfortante exemplo de que o bairrismo ainda se mantém presente numa terra ameaçada por uma progressiva e inescrupulosa descaracterização que deixa antever um futuro negro em matéria de ordenamento e qualidade de vida.

Na Escola do Bom Sucesso Nº 1...

Beatriz Macedo clarifica problemática dentária

NOTA DA REDACÇÃO: A Dra. Beatriz Macedo, na sequência de uma deslocação à Escola do Bom Sucesso nº1 da Vila de Prado, a convite do corpo docente, expôs aos alunos um sem-número de importantes conhecimentos sobre os dentes, os problemas dentários e a higiene oral, que julgou pertinente estender a um mais alargado número de receptores através deste mensário, o que muito nos honra. Reputamos do maior interesse e significado a publicação neste periódico de artigos especializados em saúde, pelo que em boa hora e para nosso gáudio, nos é possível contar neste número com a preciosa colaboração da Dra. Beatriz Macedo, conceituada médica dentista da Vila de Prado.

Desde já fica o meu agradecimento pelo convite dos Exmos Srs. Professores da Escola do Bom Sucesso nº1. A experiência foi agradável, devido à colaboração e interesse dos alunos desta Escola. Além de muito comunicativos, prometeram-me que começariam a ter mais cuidado com a escovagem diária dos seus dentes (confio em vocês!).

De seguida, tento resumir aquilo que todos nós devemos saber acerca da principal causa dos problemas dentários:

O QUE É A PLACA BACTERIANA?

É uma massa que se forma diariamente sobre os dentes, a partir da saliva, e que é habitada por um elevado número de bactérias orais, que se vão multiplicando. Trata-se de uma estrutura que adere fortemente aos dentes, onde se encontram bactérias que fazem parte da nossa flora oral (vivem permanentemente na boca). Experimente não escovar os dentes após uma refeição e verifique você mesmo que algumas horas depois sente a "placa" quando passa a língua pelos dentes. As zonas onde normalmente é mais difícil de remover a placa bacteriana são: entre os dentes junto à gengiva. A placa bacteriana pode ser removida utilizando as técnicas de higiene oral que adiante serão explicadas.

O QUE É A CÁRIE?

A cárie é a destruição dos dentes provocada por bactérias da placa bacteriana, que produzem ácidos destruidores do esmalte dentário.

Estes ácidos são o resultado da fermentação dos alimentos ricos em hidratos de carbono (doce, pão, massas, fruta, etc...).

COMO SE IDENTIFICA A CÁRIE?

Depende do grau de evolução que apresenta.

1. Cárie inicial

Apenas o esmalte está destruído. Não provoca dor. Quando surgem os dentes só podem ser identificados pelo dentista, por exemplo, através de uma radiografia.

2. Cárie profunda.

Há destruição do esmalte e da dentina, com formação de uma cavidade no dente. Nesta altura pode haver dor ao frio, aos doces e aos ácidos e o tratamento deve ser feito com urgência.

3. Infecção da polpa (cárie no estado mais avançado)

Na parte interna do dente existe a polpa, onde se encontram vasos e nervos. Quando a destruição do dente atinge a polpa (geralmente com dor violenta), esta é invadida por bactérias e a infecção pode estender-se ao osso formando-se um abscesso.

SERÁ QUE TODA A POPULAÇÃO ESTÁ EM RISCO DE DESENVOLVER A CÁRIE?

Qualquer pessoa pode ter cáries. No entanto, existem alguns factores principais que levam a um elevado risco no desenvolvimento de cáries:

1. Não escovar os dentes correctamente (pelo menos 2 vezes ao dia e com um dentífrico com flúor).
2. Comer várias vezes ao dia alimentos cariogénicos.
3. Diminuição da saliva: a saliva tem um papel fundamental, neutralizando os ácidos produzidos pelas bactérias, diluindo os açúcares e reforçando o esmalte com minerais e flúor. Alguns medicamentos levam à diminuição da produção de saliva, o mesmo acontecendo com algumas doenças.
4. Presença de factores que dificultam a higiene oral: Próteses fixas (coroas e pontes); Próteses removíveis; Aparelhos ortodónticos; Dentes mal posicionados.
5. Raízes expostas: a idade avançada e as doenças nas gengivas, podem levar à retracção da gengiva, com a exposição das raízes.

COMO SE TRATAM AS CÁRIES?

A altura ideal para tratar as cáries é o seu início. Quando ainda não existe cavidade, podem tratar-se com flúor ou técnicas muito simples e sem dor.

Na próxima edição, falarei como se podem evitar as cáries.

BEATRIZ MACEDO, Médica dentista
(Clínica da Botica-Prado / Clínica S. Marcos-Braga)



Júlio F. Gonçalves

Fabricante de Candeeiros
Armazém de Louças
Artigos de Decoração e Brinquedos

Lugar do Monte - Oleiros - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde
Telef. / Fax (053) 922332

MÓVEIS

J. GOMES

João da Silva Gomes

LUGAR DO PORTELO — VILA DE PRADO
4730 VILA VERDE — Telef. 922 168

Cartório Notarial de Vila Verde

Justificação

Certifico para efeitos de publicação, que de fls. 74 a fls. 75vº, do livro de notas para Escrituras Diversas, nr. 21-E, deste Cartório, a cargo da notária Licenciada Maria Natália Almeida Batista de Lemos, foi lavrada em 13 de Março de 1998, uma escritura de justificação e compra e venda outorgada por:

António de Azevedo Pimentel NIF 168293242 e mulher Rosa de Sousa Mota NIF 178020133, casados sob o regime da comunhão geral, ambos naturais da dita freguesia e residentes na Rua das Tulipas, nr. 267, apartamento 304, da cidade do Rio de Janeiro-Brasil.

Que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem do seguinte bem imóvel:

PRÉDIO RÚSTICO denominado "LEIRA DE MATO NO CARVALHAL", sito no lugar do Carvalhal, da mencionada freguesia de Coucieiro, com área de duzentos e noventa e oito metros quadrados, a confrontar do norte com Álvaro Gomes e o proprietário urbano, do nascente com proprietário urbano e do sul e poente com Secundino Gonçalves Mendes-Herdeiros, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 390, com o valor patrimonial de 555\$00, a que atribuí o valor de SESSENTA MIL ESCUDOS.

O referido prédio se encontra omisso na Conservatória do Registo Predial

deste concelho e está inscrito na matriz em nome do justificante marido.

Que, efectivamente os justificantes são donos e legítimos possuidores do citado prédio há cerca de trinta anos, posse essa que sempre exerceram pública, pacífica, continuamente, sem interrupção e ostensivamente, sem oposição de quem quer que fosse, fruindo-o e dele extraindo todas as utilidades e proveitos com ânimo de quem é dono.

Que os justificantes adquiriram o referido prédio por o haverem comprado a Joaquim da Silva e mulher Teresa Maria Antunes, residentes que foram no lugar do Carvalhal, da indicada freguesia de Coucieiro, por contrato não reduzido a escrito no ano de 1968.

Porém, como vêm possuindo desde então o dito prédio, na forma acima referida, adquiriram-no por usucapitão, que invocam para primeira inscrição a seu favor na Conservatória.

Está conforme.

Cartório Notarial de Vila Verde,
16 de Março de 1998.

A Segunda Ajudante,
Isabel Maria da Cunha Faria de Lira Duarte.

(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nr. de matrícula 583/980115.

Nr. de inscrição 1.

Nr. e data da apresentação 4
98.01.15.

Malubra - Madeiras Luso
Brasileiras, Limitada

Virtelos - Arcozelo - Vila Verde.

Certifico, para efeitos de publicação que o texto que segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre Luís Augusto Moreira de Barros e mulher Maria Alice Almeida de Magalhães Barros, comunhão geral.

1º

1 - A sociedade adopta a firma "Malubra - Madeiras Luso Brasileiras, Lda".

2 - A sede social é no lugar de Virtelos, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Verde.

3 - A sociedade poderá criar filiais ou outras formas de representação, onde julgar conveniente, e transferir a sede social para outros locais do mesmo concelho ou de concelho limítrofe, por deliberação da gerência.

2º

A sociedade tem por objecto: Importação e comércio por grosso de madeiras.

3º

O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de mil contos, e corresponde à soma de duas quotas iguais de quinhentos contos, pertencendo uma a cada um dos sócios.

4º

1 - A gerência da sociedade, dispensa de caução e remunerada ou não, conforme fôr deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios que, desde já, são nomeados gerentes.

2 - Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e representá-la em juízo e fora dele, activa e passivamente, é suficiente a assinatura de um dos gerentes.

3 - Nos poderes de gerência estão incluídos os de comprar, vender, permutar

e alugar veículos automóveis e quaisquer outros bens móveis, celebrar contratos de locação financeira, e de compra e venda, trespasse e arrendamento de locais destinados ao exercício da sua actividade.

4 - É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e outros semelhantes, respondendo o contraventor perante a sociedade por todos os prejuízos que porventura lhe causar.

5º

Os lucros líquidos disponíveis, apurados em cada balanço, poderão ser destinados a qualquer reserva, fundos ou provisão ou serem distribuídos pelos sócios, conforme fôr deliberado em assembleia geral.

6º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios, autorizando-se a sua divisão para o efeito; a cessão de quotas a não sócios carece de prévio consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes que por esta mesma ordem, terão direito de preferência.

7º

Podem ser exigidas prestações suplementares de capital até montante do capital social.

8º

Por falecimento de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes e com os herdeiros do falecido, que designarão um entre si, que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

Está conforme com o original.
Vila Verde, 22 de Janeiro de 1998.

O Ajudante,
Higinio Manuel Peixoto de Sousa Castilho.

(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nr. De Matrícula 597/980209

Nr. De Inscrição 1

Nr. E data da apresentação 9
98.02.09

Órbita - Viagens e Turismo, Lda.
Largo Antunes Lima, nr. 16
Vila de Prado - Vila Verde.

Certifico, para efeitos de publicação, que o texto que se segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre Paula Cristina Braga Silva e Maria Gabriela Ribeiro da Costa, ambas solteiras, maiores.

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação "ÓRBITA - VIAGENS E TURISMO, LDA." tem a sua sede no largo Antunes Lima, nº 16, freguesia de Vila de Prado, concelho de Vila Verde.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sede social poderá ser transferida para qualquer outro local deste concelho ou de concelho limítrofe por simples deliberação da gerência.

SEGUNDO

O seu objectivo é o de Agência de Viagens e de Turismo.

TERCEIRO

UM - O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de VINTE MILHÕES DE ESCUDOS, dividido em duas quotas iguais, de valor nominal de dez milhões de escudos, pertencentes uma a cada uma das sócias.

DOIS - As sócias realizaram apenas cinquenta por cento do valor das suas quotas em dinheiro, no montante de cinco milhões de escudos, devendo dar entrada na caixa social com os restantes cinquenta por cento no prazo de um ano a contar de hoje, também em dinheiro.

QUARTO

Poderão ser exigidas prestações suple-

mentares de capital, até ao limite de cinquenta mil contos, na proporção do valor das quotas, por uma ou mais vezes, desde que, por deliberação tomada pela maioria de votos correspondentes ao capital social, seja reconhecida a sua necessidade para o desenvolvimento dos negócios sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Independentemente do que fica consignado quanto a prestações suplementares de capital, poderá qualquer dos sócios fazer suprimentos à sociedade, nas condições estabelecidas por deliberação da assembleia geral.

QUINTO

A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete a ambas as sócias, que desde já são nomeadas gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para que a sociedade fique representada em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Consideram-se incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de veículos automóveis da e para a sociedade.

SEXTO

É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças e abonações, sob pena de o infractor, ser responsável, pessoal e ilimitadamente pelo acto em que intervier, sendo além disso, responsável para com a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

SÉTIMO

É livremente permitida a cessão total

ou parcial de quotas entre os sócios; porém, a cessão a estranhos depende do consentimento dos sócios ou sócios não cedentes, os quais gozam do direito de preferência em primeiro lugar e, em segundo lugar, a sociedade.

OITAVO

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio titular;

a) Insolvência ou falência do sócio titular;

b) Arresto, arrolamento ou penhora, aos quais não tenha sido deduzida oposição ou esta tenha sido julgada judicialmente improcedente;

c) Arrematação e venda ou adjudicação judiciais, excepto inventário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A amortização em qualquer destes casos é feita pelo valor determinado segundo o último balanço aprovado, sendo o pagamento feito em seis prestações semestrais.

NONO

No caso de falecimento de algum dos sócios a sociedade continuará com os sócios sobreviventes e os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

DÉCIMO

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias, salvo nos casos para que a lei prescreva outra forma de convocação.

Vila Verde, 09 de Fevereiro de 1998.

O Ajudante,

Higinio Manuel Peixoto de Sousa
Castilho.

(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nr. Matrícula 599/980218.

Nr. Inscrição 1.

Nr. data apresentação 1 98.02.18.

Paniprado II - Distribuição de
Mercadorias, Lda.

Estrada - Vila de Prado - Vila Verde.

Certifico, para efeitos de publicação que o texto que segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre Paulo Jorge de Macedo Gomes Ferraz, Marta Sofia de Macedo Ferraz, solteiros, maiores e Paniprado - Panificadora de Prado, Limitada.

PRIMEIRO

A sociedade adopta a firma "Paniprado II - Distribuição de Mercadorias, Lda", tem a sua sede no referido lugar da Estrada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por deliberação da gerência, a sociedade poderá transferir a sua sede pra outro local do concelho de Vila Verde e abrir ou encerrar agências em qualquer parte do país.

SEGUNDO

O objecto da sociedade consiste no transporte e distribuição de mercadorias.

TERCEIRO

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de quatrocentos milhões e oitocentos mil escudos e corresponde à soma de três quotas, duas iguais de dois milhões duzentos e oitenta mil escudos, pertencentes uma a cada um dos sócios Paulo Jorge de Macedo Gomes Ferraz e Marta Sofia de Macedo

Gomes Ferraz e outra de duzentos e quarenta mil escudos pertencente à sócia - Paniprado - Panificadora do Prado, Lda

QUARTO

A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete aos sócios Paulo Jorge de Macedo Gomes Ferraz e Marta Sofia de Macedo Gomes Ferraz e ainda a Patrício José de Sousa Gomes Ferraz aqui primeiro outorgante, que desde já são nomeados gerentes.

1 - Consideram-se incluídos nos poderes de gerência a compra e venda de veículos automóveis para a sociedade e tomar de arrendamento ou trespasse quaisquer escritórios para a mesma sociedade.

2 - Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura do gerente Patrício José de Sousa Gomes Ferraz, ou a intervenção conjunta dos outros dois sócios gerentes, Paulo Jorge de Macedo Gomes Ferraz e Marta Sofia da Silva Gomes Ferraz.

QUINTO

É admitida a amortização de quotas pela sociedade nos casos seguintes:

a) - Insolvência, falência, interdição ou inabilitação do sócio titular;

b) - Arresto, arrolamento ou penhora de quota, aos quais não tenha sido deduzida oposição ou esta tenha sido judicialmente improcedente;

c) - Venda ou adjudicação judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO - A amortização produz efeitos desde a deliberação respectiva e é feita sobre o valor da quota, determinado segundo o último balanço aprovado, sendo o pagamento realizado em seis prestações trimestrais.

SEXTO

1 - Fica vedado aos sócios exercerem por si, por interposta pessoa ou associado com outrem, qualquer das actividades a que a sociedade se dedique ou venha a dedicar sob pena de amortização da quota pelo seu valor nominal.

2 - Poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao dobro do capital social.

SÉTIMO

Por falecimento de algum sócio, a sociedade continuará com os sócios sobreviventes e os herdeiros do falecido, devendo estes nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

OITAVO

As assembleias gerais, salvo quando a lei exija outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com antecedência mínima de quinze dias.

Vila Verde, 06 de Fevereiro 1998.

O Ajudante,

Higinio Manuel Peixoto de Sousa
Castilho.

(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)



Stand e Exposição
VILA VERDE

Comércio de Máquinas e Alfaias Agrícolas, L.da

Gerência de Abel José Mota Alves

Representante das Máquinas Agrícolas
INTERNACIONAL CASE - PASQUALI
COMPRA E VENDA DE MÁQUINAS USADAS

Escritório: Talhós
Pico de Regalados

Telef. 32289
4730 VILA VERDE

Na apresentação do "Projecto Qualidade e Design em Pastelaria"...

PRESIDENTE DA CÂMARA REVELA CLARA APOSTA NO TURISMO

Na cerimónia de apresentação do "Projecto Qualidade e Design em Pastelaria" 98 da Associação Comercial de Braga (ACB) que teve lugar no dia 3 de Abril, na Biblioteca Prof. Machado Vilela, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, Eng.º José Manuel Fernandes, depois de na recente campanha eleitoral o ter repetido inúmeras vezes, reafirmou que "a implementação do turismo será uma prioridade no nosso concelho".

E aproveitando a presença do Presidente da Comissão de Turismo Verde Minho e do Delegado Regional do Turismo, em representação do Secretário de Estado, para além dos contactos pessoais prévios, solicitou publicamente o empenho e o apoio dos mesmos na realização de "projectos conjuntos que dotem o nosso concelho de infraestruturas modernas e funcionais, nomeadamente de hotelaria, comércio e restauração que, aliadas às potencialidades naturais de Vila Verde, tornem o nosso concelho atractivo para inúmeros turistas que visitam a região minhota". Informou o edil social-democrata que nesse sentido está já a Câmara a elaborar um Plano Director de Turismo que visa, em última instância, transformar a zona Norte do concelho de Vila Verde no "terceiro vértice de um triângulo turístico, conjuntamente com o Gerês e o Lindoso". Revelou ainda José Manuel Fernandes estar para breve a criação de um Posto de Turismo na sede do concelho, com "ramificações descentralizadas" na Vila de Prado e no Norte do concelho, "através de quiosques informáticos que darão rápidas e precisas informações aos turistas, com rotas aconselhadas".

• Projecto contribui para o desenvolvimento turístico

Coube, porém, ao Presidente da Associação Comercial de Braga iniciar o período de alocações, fazendo naturalmente a apologia do Projecto em apresentação, reputando-o de um dos suportes do desenvolvimento turístico da região minhota, por se constituir como "um vector estratégico de afirmação da qualidade da nossa pastelaria, contribuindo assim para o reforço da nossa capacidade atractiva face a outras regiões".

Aludindo à "forte determinação" da ACB em matéria de projecção nacional da pastelaria do distrito de Braga, Alberto Pereira reconhe-



Jorge Azevedo, José Manuel Fernandes, Correia da Silva e Eduardo Oliveira.

ceu no entanto a ainda reduzida adesão dos empresários do sector pasteleiro ao Projecto, iniciado há já 3 anos. Sublinhando o "excelente nível de qualidade" já alcançado, o Presidente da ACB revelou a determinação deste organismo na captação de novos aderentes ao Projecto, de forma a que, sustentou, "o consumidor nos coloque na sua preferência e opte sempre pelas Pastelarias tradicionais".

É que as empresas aderentes ao Projecto, como explicaria o Director-Geral da ACB, sujeitam-se, por livre opção, a uma inspecção de técnicos de vários organismos intervenientes no processo de licenciamento e funcionamento desta actividade económica, que tem como finalidade última do "Galardão Pastelarias da área da ACB - Braga, Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde", que constitui a certificação e reconhecimento pela qualidade dos seus produtos e serviços.

Mas o "Projecto Qualidade e Design em Pastelaria" é ainda composto, explicou Abílio Vilaça, por várias outras iniciativas complementares e interligadas, como acções de formação, seminários, concursos de pastelaria e padaria, uma mostra "que já se transformou na única feira especializada do sector existente no País" e ainda a edição de uma publicação dedicada ao sector.

Ainda da ACB discursou o recém-empossado Presidente do Conselho de Hotelaria e Turismo, Correia da Silva, empresário instalado na Vila de Prado, que delineou as linhas mestras do projecto global que tem em carteira para o desenvolvimen-

to do sector que representa, que passam pela sua promoção, também pela certificação da qualidade na restauração e hotelaria, pela formação profissional e pela dinamização de projectos integrados "que estimulem a cooperação entre a hotelaria, a restauração e a pastelaria".

• Transformar o Minho na capital da doçaria

O Presidente da Região de Turismo Verde Minho, regozijando-se com a presença do mediático Chefe Silva, aplaudiu a prova de descentralização evidenciada pela ACB e reportando-se à implantação regional e até nacional do Projecto em apresentação, mostrou-se convicto de que a sua prossecução "acabará por transformar o Minho na capital da doçaria, até porque ainda ninguém conseguiu suplantar o expoente máximo Abade de Priscos".

Henrique Moura manifestou ao Presidente da Câmara total disponibilidade da entidade a que preside em ordem à promoção do turismo do concelho de Vila Verde, apontando porém para a necessidade da elaboração de um projecto que permita a busca dos necessários investimentos.

O representante do Secretário de Estado do Turismo avançou mesmo com a informação de que está a ser preparada uma portaria governamental que visa precisamente apoiar iniciativas tendentes ao desenvolvimento do sector. O Delegado Regional do Turismo referiu mesmo que todos os esforços, à imagem o Projecto apresentado, são importantes no sentido da resis-

tência ao consumismo americanizado que se vem generalizando sobretudo entre as camadas populacionais mais jovens. Jorge Azevedo, definindo a gastronomia como "parte integrante do património cultural do País", apontou o Turismo como actividade fulcral na preservação desse património assim como na criação de riqueza, salientando que "a indústria da hospitalidade e a indústria das viagens são fundamentais na promoção e na criação

de destinos turísticos".

Encerrou o evento com chave de ouro, já que no Verde de Honra, para além da música tradicional, do presunto e do vinho verde "Quatro Brasões", da Adega Cooperativa de Vila Verde, foi dado a saborear aos presentes a doçaria de pastelarias de Vila Verde, Luena e Vila, com aquela a apresentar o pudim e a sopa dourada à Abade de Priscos, e da Vila de Prado, S. Sebastião e Doce Prado.

Abade de Priscos imortalizado

Também o escritor e investigador bracarense Eduardo Pires de Oliveira marcou presença na Biblioteca Prof. Machado Vilela, lançando publicamente o livro da sua autoria dedicado a Manuel Joaquim Machado Rebelo, celebrizado como Abade de Priscos, tido como "o mais famoso cozinheiro minhoto de todos os tempos".

Nascido em Turiz - Vila Verde, em 1834, foi pároco de Priscos, ali bem junto a Braga, durante mais de quatro décadas, tendo-se notabilizado pelos seus dotes culinários, para além de ter sido "exímio bordador, fotógrafo, encenador, costureiro, entre vários outros dotes". Eduardo Oliveira sublinhou mesmo que o Abade "conquistou a imortalidade com a sensibilidade que tinha na ponta dos seus dedos, da sua língua e no seu olfacto". Dom para a cozinha que fez, com que alegadamente fosse disputado por "reis, deputados, figuras da nobreza, escritores, arcebispos e muitas outras pessoas da mais elevada estirpe", que lhe pediam para elaborar a ementa e cozinhar os pratos e doces que, à mesa, "surgiam com uma aparência de obra-prima de culinária e de decoração".

Eduardo Oliveira referiu-se no seu discurso a duas das várias peripécias vividas pelo Abade de Priscos em matéria de culinária, que narra na sua obra, editada pela ACB, lamentando, porém, que, afinal, muito pouco se conheça da sua vida e sobretudo das suas criações culinárias, apesar de ter vivido até 1930, morrendo portanto com 96 anos. Até há bem pouco tempo apenas era conhecido o famigerado "Pudim à Abade de Priscos", que se constitui com um "ex-libris" de Braga, e ao trabalho de investigação de Eduardo Oliveira se fica a dever a redescoberta da receita da "Sopa Dourada".

E por aqui se ficam as receitas conhecidas da lavra do Abade de Priscos, ainda que haja uma réstea de esperança de um dia vir a aparecer um hipotético borrão de um livro de cozinha que um escritor contou há 42 anos ter tido na mão mas que misteriosamente desapareceu. Por outro lado, uma outra história contada por um membro do clero, que o conheceu em vida, torna de certa forma pouco verosímil que venha a aparecer alguma coisa. Perante o pedido de que passasse para papel as suas receitas e as publicasse em livro, a resposta do Abade terá sido:

"De boa vontade, creia, cederia aos seus desejos; mas obsta um impossível. É impossível de lhe dar com as minhas receitas os dedos das minhas mãos e o paladar da minha língua. A culinária é uma arte bela, mas depende muito do artista. Quer uma prova? Eu e o cozinheiro do Paço vamos preparar um pudim, cada um o seu, precisamente com os mesmos ingredientes. Verá o resultado."

E, uma vez feita a experiência, saíram dois pudins bem diferentes. A finalizar a Introdução do seu livro, Eduardo Pires de Oliveira, deixa uma nota bem pertinente de que não resistimos fazer eco:

"Uma última palavra: quando é que a cidade de Braga, ou a sua Vila Verde natal, lhe dedicam uma homenagem. Tantos vultos, bem menores, têm sido devidamente acarinhados. Este... Faz pensar que as pessoas já não gostam de comer... que já só comem pizzas, hamburgers, fast-food e outras coisas quejandas, bebem coca-colas ou wine-cool, muitas vezes sentados à manjedoura de qualquer café ou snack, sem uma toalha sob o prato, nem sequer uma de papel limpo..."

Feliz do Abade de Priscos que escapou a estes tempos..."



Comp
Programação de Computadores, Lda.

Avenida Infante D. Henrique, 1193-I, Sala E7

4400 Vila Nova de Gaia

TELEF. (02) 379 02 89 / 379 13 87 — FAX: (02) 379 13 87

OFERTA

SOFTWARE DE GESTÃO DE BANCOS

SECTOR ENSINO
CRECHES
/EXTERNATOS
/INFANTÁRIOS
ESCOLAS

SECTOR IMOBILIÁRIO
IMOBILIÁRIAS (Mediação)
RENDAS
CONDOMÍNIOS
OBRAS

SECTOR LOJISTA
SAPATARIAS
PRONTO-A-VESTIR
PERFUMARIAS
OURIVESARIAS

SECTOR AUTOMÓVEL
OFICINAS
FROTAS
RENT-A-CAR
REBOQUES

OUTROS SECTORES

CLÍNICAS
GABINETES DE CONTABILIDADE
BOMBAS DE GASOLINA
FOTOGRAFIA
QUOTAS: ASSOCIAÇÕES
/COOPERATIVAS
/FACTURAÇÃO
/STOCK'S
/CONTAS CORRENTES
PRODUÇÃO
/LINHAS DE MONTAGEM

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA VERDE

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo dos artigos 22º e 24º dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, convoco os Ex.mos Associados para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia 28 de Abril, pelas 20.30 horas, na sede da Associação, sita na Avenida Professor Machado Vilela, em Vila Verde, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Discussão e votação do Orçamento para o ano de 1998;
2. Discussão e votação da Conta de Gerência e Relatório de Actividade do ano de 1997 e do respectivo parecer do Conselho Fiscal;
3. Proposta de alteração das quotas dos Associados;
4. Outros assuntos de interesse para a Associação Humanitária.

Nota: A Assembleia Geral funcionará com a presença da maioria absoluta dos sócios. Não havendo, reunirá com qualquer número de sócios, uma hora depois.

Vila Verde, 06 de Abril de 1998
O Presidente da Assembleia Geral

Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nr.de Matricula 553/970724

Nr.de Inscrição 1

Nr. E data de apresentação 10
97.07.24

C.F. - Agricultura e Turismo,
Limitada.

Casa Fundevila, lugar de
Fundevila, Soutelo - Vila Verde.

Certifico, para efeitos de publicação que o texto que segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre Maria Júlia Ferraz de Sousa Gama Brás Mateus e marido Fernando Brás Mateus, casados em comunhão de adquiridos; Maria Inês Ferraz Gama Brás Mateus; Luis Fernando Ferraz Gama Brás Mateus e Margaria Isabel Ferraz Gama Brás Mateus, solteiros maiores.

ARTIGO 1º

1- A sociedade adopta a firma "C.F. - Agricultura e Turismo, Lda" e tem a sua sede na Casa Fundevila, lugar de Fundevila, freguesia de Soutelo, concelho de Vila Verde.

2 - A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar ou encerrar sucursais ou outras formas de representação, sem necessidade do consentimento da assembleia geral.

ARTIGO 2º

A sociedade tem por objecto a exploração agrícola e turística, bem como de restaurantes, reprografia e papeleria.

ARTIGO 3º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quinhentos mil escudos, dividido em cinco quotas, sendo duas iguais, do valor nominal de cento e setenta e cinco mil escudos, pertencentes uma a cada um dos sócios Maria Júlia Ferraz de Sousa Gama Brás Mateus e Fernando Brás Mateus, e as outras três, também iguais, do valor nominal de cinquenta mil escudos, pertencentes uma a cada um dos restantes sócios.

ARTIGO 4º

1 - A administração da sociedade cabé aos gerentes que forem designados em assembleia geral.

2 - A Sociedade fica vinculada em todos os seus actos e contratos, com a intervenção conjunta de um gerente e de um mandatário da sociedade, ou de dois mandatários, nos termos dos mandatos que forem aprovados em assembleia geral.

3 - Em ampliação dos seus poderes normais poderá:

- a) Contrair empréstimos, com ou sem garantia real;
- b) Comprar e vender veículos automóveis;
- c) Tomar de arrendamento quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- d) Celebrar contratos de locação.

ARTIGO 5º

A cessão de quotas a estranhos carece do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar, cabendo este direito, em segundo lugar, aos sócios não cedentes.

ARTIGO 6º

A amortização de quotas é permitida nos seguintes casos:

- a) Por acordo ou insolvência do sócio titular;
- b) Quando a quota tenha sido penhorada, arrestada ou por qualquer outro modo envolvida em processo judicial, salvo se se tratar de processo de inventário;
- c) Cessão de quotas sem o consentimento da sociedade.

ARTIGO 7º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com antecedência mínima de vinte dias. Está conforme com o original.

Vila Verde, 16 de Outubro de 1997.

O Ajudante,

Higínio Peixoto de Sousa Castilho.

(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

Enquanto o Secretário de Estado não decide...

ATERRO EM ATIÃES CONTINUA NOS HORIZONTES

Notícias vindas a público em meados de Fevereiro davam como praticamente irreversível a possibilidade de criação de um aterro sanitário na freguesia de Atiães, para pôr cobro de uma vez por todas à lixeira de Dossãos, uma verdadeira calamidade pública. Declarações atribuídas ao presidente da Câmara Municipal de Vila Verde davam-no a entender, sendo que as contrapartidas a conceder às populações locais incluiriam a construção de um pavilhão gimnodesportivo, uma piscina, abastecimento de água e melhoria significativa das vias de comunicação.

Entretanto, em nota à imprensa da Câmara Municipal de Vila Verde, de 10 de Março, dava-se conta da pretensão de José Manuel Fernandes de conseguir negociar o envio dos resíduos sólidos urbanos produzidos em Vila Verde para o aterro sanitário da "Braval", na condição de que posteriormente os resíduos produzidos pelos três municípios integrados na Braval não venham para Vila Verde.

A posição do executivo vilaverdense é, alegadamente, sustentada pelos resultados de estudos feitos pelo Departamento do Ambiente da Câmara Municipal de Vila Verde, tendo-se verificado que a produção de resíduos sólidos na área urbana envolvente da "Braval" é de 98.935 toneladas, enquanto na área envolvente da Resicávado a produção é de apenas 22.422 toneladas. Em face de tão gritante disparidade de números, o presidente da edilidade manifesta a sua intransigência em não permitir que Vila Verde possa vir a receber os resíduos dos Municípios integrantes da Braval. Se a adesão de Vila Verde à "Braval" impuser esta condição, então a solução será criar um aterro que cubra a área dos municípios de Vila Verde, Amares e Terra de Bouro, segundo a mesma nota da Câmara Municipal de Vila Verde.

Foi precisamente esta posição que o Eng.º José Manuel Fernandes levou em agenda para a reunião com



Os protestos populares de 1996 não se reeditarão se a Câmara conseguir levar o lixo para Braga sem mais, como pretende José Manuel Fernandes.

o Secretário de Estado do Ambiente, Ricardo Magalhães, no pretérito dia 11 de Março. Contudo, a decisão daquele membro do Governo socialista acabou por ficar adiaada para depois de uma reunião com os responsáveis da "Braval", no sentido de conseguir um conhecimento cabal das condições em que se poderá efectuar uma eventual integração dos concelhos do Vale do Homem no projecto de aterro da Serra do Carvalho, que envolve os municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho.

• PS repudia construção em Atiães

Numa declaração política para a acta da reunião da Câmara Municipal de Vila Verde, de 16 de Março, os vereadores socialistas sublinham que "sempre defendemos que Vila Verde não deveria insistir na ideia de, conjuntamente com Amares e Terras de Bouro, construir um aterro em Atiães."

No dizer dos socialistas, por um lado, o aterro, a localizar-se na área prevista, iria destruir uma importante riqueza em água que afectaria negativamente sobremaneira a vida das populações locais, por outro, porque a produção de resíduos

sólidos de Vila Verde, Amares e Terra de Bouro é tão baixa que não se afiguraria economicamente viável o efectivo funcionamento de uma tal infra-estrutura. Na eventualidade do município vilaverdense vir a integrar a "Braval", segundo os vereadores socialistas, poupará anualmente mais de 65.000 contos, o que se traduzirá numa economia total que ascende a um milhão de contos até ao final do tempo de duração do aterro da "Braval".

Martinho Gonçalves e Bento Faria afirmam regozijar-se com o facto de, finalmente, os três edis sociais-democratas, darem razão ao seu ponto de vista sobre tão importante matéria que vem já de há bastante tempo. Não deixam, porém, de lamentar que se tenha desperdiçado tanto tempo com uma questão que, a terem-lhes dado ouvidos, já poderia estar ultrapassada com sucesso.

Consideram ainda que "o assunto não está a ser tratado da forma mais conveniente, sobrando arrogância e indelicadeza onde deveriam imperar o bom senso, discrição e delicadeza no trato, tendo em vista um resultado positivo para os interesses das populações que representam, designadamente os vilaverdenses."

Rendimento Mínimo para 430 candidatos

A Comissão Local de Acompanhamento (CLA) do concelho de Vila Verde deferiu 430 das 573 candidaturas apresentadas ao Rendimento Mínimo Garantido.

Das 58 freguesias do concelho apenas Gondomar não tem ninguém abrangido, o que ficará eventualmente a dever-se a falta de informação, dado tratar-se de uma loca-

lidade inóspita que tem na agropecuária a sua quase exclusiva fonte de rendimentos. A maior fatia de atribuições recaiu na sede do concelho, que conta com 28 beneficiários, seguindo-se Oleiros com 19, a Vila de Prado com 18, Godinhaços com 17 e Gomide e Rio Mau contam com 16 usufruidores desta importante modalidade de apoio

economico-social destinada às pessoas e famílias que se debatem com notórias dificuldades de subsistência.

Cabanelas e Pico de Regalados contam com 14 candidaturas aprovadas, com Aboim da Nóbrega, Atães, Coucieiro, Duas Igrejas e Pico S. Cristovão a ultrapassarem a barreira da dezena.

- Ligeiros
- Pesados
- Motociclos

VILA DE PRADO
4730 Vila Verde
Telef. Escola 921215
Resid. 71552

ESCOLA DE CONDUÇÃO

VERDE MINHO

GERÊNCIA DE: JOSÉ FERREIRA & FONTES

Trata de toda a documentação p/ condutores e automóveis

Formação e atendimento rápido para emigrantes

Centro Rural, Aldeias de Portugal e "Leader II"

ATAHCA PROSSEGUE CRIAÇÃO DE RIQUEZA

Recorrendo aos mais variados e possíveis meios de financiamento de iniciativas próprias e de concepção de agentes locais de índole vária da sua área de intervenção (Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde), a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) continua decididamente apostada na valorização e incremento das potencialidades da vasta região que representa.

• Centro Rural de Mixões da Serra

O "Centro Rural das Encostas de Mixões da Serra" vai beneficiar da aprovação de três projectos apresentados pela ATAHCA, comparticipados em 50.371 contos.

Dois dos projectos ora aprovados pela Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), visam a melhoria do bem-estar dos agricultores de Gondoriz e Brufe, do concelho de Terras de Bouro, através da recuperação de fachadas das suas habitações, e estão orçados em 10.374 contos, comparticipados em 75% pelo FEOGA, ficando o resto a cargo dos próprios agricultores.

O terceiro projecto prende-se com a pavimentação do caminho em terra batida que liga Rincão a Santo António de Mixões da Serra, na encosta ocidental, voltada a Aboim da Nóbrega, já parcialmente executada e que se prevê venha a ficar concluída até finais do mês de Abril.

O custo total da obra é de 39.997 contos, também com 75% do total sob a responsabilidade do FEOGA, cabendo à Câmara Municipal de Vila Verde, a entidade executora da obra, cobrir os restantes 25% (9.999 contos).

Trata-se de projectos que se integram no plano global de recuperação do "Centro Rural das Encostas de Mixões da Serra", aprovado em Julho do ano passado, que abrange as freguesias de Brufe, Gondoriz e Cibões, (Terras de Bouro) e as de Gondomar, Aboim da Nóbrega e Valdreu (Vila Verde), com que a ATAHCA visa fundamentalmente, segundo o presidente, Prof. Mota Alves, "a valorização do espaço rural e da base económica local". O Programa representa um investimento global de 300 mil contos, comparticipados a fundo perdido em 75% pelos programas comunitários FEDER e FEOGA, estendendo-se a sua aplicação até 1999.

Trata-se de um projecto cuja execução se traduzirá essencialmente na criação de infraestruturas tidas como importantes pelos responsáveis da ATAHCA. Para o concelho de Vila Verde, para além da já aludida pavimentação do caminho de terra batida para Santo António de Mixões da Serra, que numa segunda fase se estenderá à encosta voltada a Terras de Bouro, está ainda programada a valorização desse local de referência, dotando-o de uma unidade de restauração e outras de lazer e recreio (21.054 contos). Valdreu beneficiará da valorização do mosteiro medieval (12.326 contos), enquanto para Aboim de



Intervenção da ATAHCA em Pequena - Aboim da Nóbrega.

Nóbrega está previsto um investimento de 56.373 contos, repartido pelo abastecimento de água (6.043 contos); pela praia fluvial (13.605 contos); pela valorização histórica (11.700 contos), com a criação de um Museu da Música, do serviço de telemensagem destinado à 3ª idade, que permite ao idoso permanecer na sua casa e solicitar ajuda pressionando um simples botão, e de um centro de comunicações com suporte informático, ligado à Internet; pela construção de um parque de campismo rural (25.025 contos), que se pretende venha a fazer a diferença em termos de qualidade.

Medidas que se estendem às freguesias vizinhas de Terras de Bouro, ainda que de outra natureza, de molde a conseguir um conjunto homogêneo, a cargo sobretudo das respectivas Câmaras, a que se alia a promoção e divulgação turístico-cultural sob a responsabilidade da própria ATAHCA. Enfim, um considerável pacote de medidas, a que se associa a componente indicativa, a cargo da iniciativa privada, que beneficiando do apoio de outros Programas se prevê venha a investir naquela mesma área mais 280 mil contos, com maior tradução na vertente económica.

Tudo conjugado, não restam dúvidas ao Presidente da ATAHCA que se está a contribuir para o desenvolvimento das seis freguesias contempladas, "fixando-se a população às suas freguesias, através da criação de riquezas complementares ou alternativas. Não podemos esquecer que estamos perante freguesias com grandes problemas, associados ao isolamento, e estamos apostados em dotá-las, para além da riqueza patrimonial, ambiental e cultural que já as caracterizam, da riqueza económica, de forma a que as suas populações possam usufruir de um nível de vida igual ou superior às que vivem na sede do concelho ou nas suas proximidades."

• 142 mil contos do "Leader II"

A ATAHCA aprovou ainda recentemente um conjunto de candidaturas apresentadas no âmbito do programa comunitário "Leader II", que se traduzem num investimento global de 142 mil contos a ser

aplicado na zona de intervenção composta pelos concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde.

Trata-se de 23 projectos que incidem sobre as áreas do Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural, da Formação Profissional, do Apoio à Diversificação das Actividades Económicas, da Preservação do Ambiente e da Qualidade de Vida, da Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas e da Recuperação do Património Histórico e Cultural. E adianta ainda a Direcção da ATAHCA que a breve trecho aprovará mais uma série de projectos, que estão a ser analisados e avaliados.

Por outro lado, a ATAHCA está, desde o final de 1997, integrada na Rede Nacional das Aldeias de Portugal, juntamente com as suas congéneres minhotas ADRIL e ADRIMINHO, Associações de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima e do Vale do Minho, respectivamente. Rede que engloba as aldeias que beneficiaram da intervenção do Programa "Leader", traduzido na recuperação de casas para alojamento turístico, o que aconteceu em Aboim da Nóbrega (Pequena) e Gondomar, onde o turista conta com 5 casas, num total de 11 quartos e 22 camas, resultado de um investimento total de 52.781 contos.

Está ainda a decorrer na sede da ATAHCA um curso de recuperação de pintura de azulejaria e de cerâmica tradicional, no âmbito do Programa de Conservação do Património Cultural, apoiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. Trata-se de um curso iniciado no ano passado, frequentado por 13 alunos, que surge no seguimento de um projecto camarário iniciado na década de 80 que visa dotar o concelho de gente habilitada para o restauro de azulejaria e de cerâmica tradicional. As aulas práticas irão ter lugar no Centro de Artesanato de Vila Verde, sob a orientação de Fátima Mendes, uma autoridade de Vila Verde nesta área de actividade, que superintende aquele Centro.

Trata-se de uma forma encontrada pela ATAHCA para fixar os jovens à sua terra e reduzir a taxa de desemprego, havendo incentivos para a criação das suas próprias empresas pelos frequentadores deste curso.

Escola de Codessal desperta sensibilidades

A Escola do Ensino Básico Mediatizado de Codessal - Duas Igrejas promoveu em Março duas iniciativas díspares mas ambas de significado e importância marcantes na formação da personalidade dos cerca de 60 alunos repartidos entre o jardim de infância, o 1º e o 2º ciclos.

O Dia Mundial da Floresta foi celebrado no dia 20 de Março, enquadrando-se no Projecto de Sensibilização da População Escolar (PROSEPE) que o Clube Amigos da Floresta daquela escola vem desenvolvendo ao longo do ano lectivo. Para além da usual mas sempre educativa plantação de árvores no recinto escolar, os alunos procederam à colocação de cartazes em lugares estratégicos, "alertando a população para a importância do papel desempenhado pela árvore na vida humana e para a necessidade de prevenção contra os fogos florestais".

Os alunos do 5º e 6º anos, preocupados com "a crescente destruição da floresta no nosso País" e encarando o combate a tal flagelo e a sensibilização com intuítos preventivos como "um dever de cada um de nós", redigiram e entregaram ao Presidente da Junta de Duas Igrejas uma missiva em que solicitam que a autarquia "em conjunto com outras entidades, promova acções de sensibilização para a população em geral no sentido de a incentivar ao reflorestamento e limpeza de áreas florestais. Desta forma todos iremos contribuir para que a vida na terra continue."

Presidiu à organização e realização destas actividades a pretensão do corpo docente de "educar os jovens para o gosto e defesa da floresta e, como futuros proprietários, responsabilizá-los pela preservação da mesma". Para além de que, refere o Director José Joaquim Cerqueira, se procurou desta forma "despertar nas crianças e população em geral a importância dos espaços verdes para o equilíbrio ambiental e para a vida dos animais".



Quatro dias depois, a capela de S. Pedro foi palco de um concerto didáctico proporcionado pelo "Grupo Instrumental Orff", constituído por meia centena de alunos da Escola EB 2,3 de Prado. "Despertar o gosto pela música" esteve na origem desta iniciativa, em que foram interpretadas peças de música clássica, popular e infantil. A finalizar, foi servido no edifício escolar dos anfitriões um lanche a todos os intervenientes, que proporcionou momentos de convívio sempre salutares entre alunos e professores de dinstintas proveniências.

Secundária prossegue ajuda aos irmãos Arlindo e Rosa Maria

Uma Comissão de Professores da Escola Secundária de Vila Verde não deixa cair no esquecimento a campanha de solidariedade a favor dos irmãos com deficiências visuais Arlindo e Rosa Maria.

A campanha arrancou no segundo semestre de 1995, visando dotar a casa dos dois irmãos da dignidade ali inexistente, designadamente um quarto individual e uma casa de banho e cozinha com condições mínimas de higiene e de funcionalidade.

O Arlindo perdeu a visão direita com um ano de idade e aos 10 anos deixou de ver completamente e a Rosa Maria parece estar condenada ao mesmo, tendo nascido já sem a visão esquerda e estando progressivamente a perder a visão direita.

Com as contribuições e os fundos angariados sobretudo em 1996, para o que foram organizados espectáculos naquela Escola, foi possível arrancar com as obras da primeira fase, que consistiu no restauro e ampliação da moradia dos irmãos, orçados em 2.500 contos. No final do ano passado, foi necessário dar um novo impulso à campanha, de forma a lograr alcançar a verba de 2 mil contos necessária para os acabamentos, mostrando-se os seus responsáveis dispostos a dá-la por encerrada apenas quando o Arlindo e a Rosa Maria passarem a viver condignamente. Para tanto, esperam que os donativos continuem a chegar à Escola ou à conta nº 091 821 903 830 da Caixa Geral de Depósitos de Vila Verde.

"Nós, que vemos, não podemos imaginar o que é o dia, a família, a natureza, os amigos e filhos para quem deixou de ver! A vida não se resume a ver mas, sobretudo, a viver." — chamam a atenção os promotores desta louvável campanha, cujo exemplo está a ser seguido pelos alunos. A Associação de Estudantes daquela escola também lançou similar iniciativa no início deste ano, para adquirir uma cadeira de rodas para um colega deficiente, no valor de 400 contos, e estão ainda os seus dirigentes apostados na recolha de roupas para os alunos e crianças do concelho mais carenciados.

Com ANTÓNIO MACEDO na presidência...

JUNTA DE FREGUESIA PLANEIA "FESTA DA VILA DE PRADO"

Tomaram posse no dia 9 de Janeiro do ano em curso os autarcas que assumirão até ao ano 2001 a gestão dos destinos da Vila de Prado. O Partido Social Democrata, novamente liderado por Silvestre Mota, ainda que perdendo-a numericamente, conseguiu manter a maioria absoluta em termos de representatividade, face à não eleição para a Assembleia de Freguesia de qualquer membro da lista do "dissidente" João Macedo, vulgo "Lobo", por uma escassa falta de 17 votos. Continua pois o PS a contar no parlamento local com 5 deputados, contra os 4 eleitos do Partido Socialista, desta feita sob a liderança de Alfredo Queirós.

Assim, foram eleitos para integrar a Junta de Freguesia os três elementos que encabeçaram a lista social-democrata apresentada ao eleitorado, com os votos em branco da oposição. Face ao pedido de suspensão do mandato de Silvestre Mota, que assumiu, na qualidade de vereador a tempo inteiro, o pelouro do Desenvolvimento, Abastecimento Público e Ambiente na Câmara Municipal, foi votada favoravelmente a inclusão da deputada "laranja" Rosa Felicidade Weyers no elenco da Junta. Pelo que do anterior executivo apenas permaneceu o Prof. António Macedo, que é o novo Presidente, cabendo a Manuel Luís Gomes o cargo de Secretário e a Rosa Felicidade Weyers o de Tesoureira.

Também a Mesa da Assembleia de Freguesia veste integralmente de "laranja", com João Alves Ferreira a assumir a presidência, secundado pelos secretários Horácio Lima e Augusto Saleiro, enquanto permanecem na bancada Francisco Azevedo e Célia Soares, assim como os deputados "rosa" Alfredo Queirós, Bernardete Araújo, Fernando Peixoto e Vítor Gonçalves.

Preenchidos os órgãos autárquicos que determinarão a orientação política da Vila de Prado na viragem, se entretanto não houver novidades como no passado, foram também aprovados no último dia do mês de Janeiro os documentos que norteiam a acção do executivo comandado por António Macedo durante o ano de 1998 - o Plano de Actividades e Orçamento -, que mereceram os votos contra da oposição socialista.

O renovado elenco da Junta de Freguesia e a constatação de que em termos de planificação afinal nada de novo se vislumbrava, levaram-nos a solicitar uma entrevista ao novo homem forte da Vila de Prado, que não tem pejo em assumir-se clara e declaradamente como Presidente em regime de substituição, visto Silvestre Mota poder regressar a qualquer altura. O Prof. António Macedo é já autarca em Prado há 16 anos, tendo cumprido na Assembleia de Freguesia dois mandatos como independente e um incompleto já como filiado no PSD, na qualidade de Secretário e de Presidente da respectiva Mesa.



Durante o terceiro mandato (1990-93), quando presidia aos trabalhos do parlamento local, ascendeu a Secretário da Junta de Freguesia por troca com Albino Dias, que face ao pedido de suspensão de Silvestre Mota pretendeu assumir o controlo da autarquia mas acabou por ter que se demitir face a uma deliberação administrativa que confirmou a possibilidade do regresso do auto-suspenso autarca. Completado o mandato, António Macedo acabou por ser reconduzido na qualidade de número dois de Silvestre Mota para o mandato que terminou recentemente (1994-97).

Começámos por revelar ao nosso ilustre entrevistado um certo desencanto por, dada a reviravolta registada na Câmara, agora de colorido idêntico ao da maioria pradense e tendo como vereador Silvestre Mota em pelouro fulcral, o Plano de Actividades continue a não revelar ambição e um cariz definidor e orientador de um rumo em moldes estruturantes, não passando uma vez mais da enunciação de medidas avulsas, ainda que inquestionavelmente nalguns casos de capital importância.

Pres. Junta - "O Plano da Vila de Prado, naquilo que concerne directamente à Junta não pode ser tão ousado quanto isso, porque com uma receita prevista de perto de 25 mil contos não se podem tomar grandes medidas nem fazer grandes obras. E se até aqui, de facto, não estavam reunidas as condições para que a Câmara, que é quem tem competência para tal, as tomasse e fizesse, estamos convencidos que, com esta mudança política, a Vila de Prado possa vir a colher benefícios. Espero que o município se empenhe ferozmente em conseguir para Prado aquilo a que tem direito, como, por exemplo, uma escola do ensino secundário, que foi prometida em campanha eleitoral por António Cerqueira mas para cuja concretização o mesmo não envidou qualquer esforço, ainda que por várias vezes por nós instado atal. E o mesmo se diga eno que se refere à ponte de Prado, em relação à qual a anterior

Câmara, apesar das nossas insistentes interpelações, nunca fez absolutamente nada, talvez por falta de interesse que esta Vila se desenvolvesse ao ritmo que se prevê quando a nova ponte for construída.

A nossa intenção é pressionar quer a Câmara quer outras entidades no sentido de executarem obras em Prado que permitam um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, que produza bem-estar. E nesse capítulo há obras por nós enunciadas no Plano, como o caso do saneamento, cuja rede pretendemos ver alargada aos lugares do Portelo, da Fuzelha, do Negreiro... para o que queremos que seja feita uma estação de tratamento, que pelos vistos irá ser a que está prevista para o lugar do Montinho, na Lage. E o mesmo se diga em relação à zona da Ramalha, Corga, Eidos..., para o que dissemos já que deveria ser feita uma outra estação ali para os lados do Moinho Verde.

Este é o nosso conceito de obras estruturantes, assim como a criação de condições à implantação da indústria, sector discutível e com-

dos instrumentos que perspectivem com clareza aquilo que se quer, de forma a que não transpareça a ideia de que tudo se faz em cima dos joelhos, sem planeamento prévio, como tem acontecido com as urbanizações bem no centro de Prado?!

Pres. Junta - "Compreendo isso e reconheço que, por exemplo, o loteamento da Botica está uma vergonha, mas que poderia ser um belo loteamento se o projecto tivesse sido respeitado e executado com rigor. Nada do que lá está mal ou bem feito é da competência da Junta, a quem apenas compete alertar, e fê-lo, o loteador e a Câmara. Fora das nossas competências compremete-mo-nos mesmo, por exemplo, a equipar o parque de recreio do loteamento, no âmbito de um protocolo com o loteador e a Câmara. Cumprimos a nossa parte mas a Câmara e o loteador nada fizeram. Aquilo é uma vergonha! Vamos ver se a nova gestão camarária vai dar conta do recado.

Mas o que mais me preocupa na Botica neste momento é o lixo. Se eu



"Espero que o município se empenhe ferozmente em conseguir para Prado aquilo a que tem direito, como, por exemplo, uma escola do ensino secundário..."

plicado, mas inegavelmente importante fonte de riqueza, pelo que pretendemos que se alargue o caminho de acesso ao lugar da Veiga do Inso a partir do lugar da Estrada, dado ser prematuro fazê-lo pela estrada nacional, em face da futura construção da variante da nova ponte."

JVP - Mas a questão não é fazer coisas, porque quase toda a gente tem consciência das limitações financeiras de uma Junta. O busilis prende-se com a necessidade de quando as coisas têm que ser feitas, seja por quem for, estarem já delinea-

lá vivesse também quereria ir viver para outro lado. E a resolução desse problema talvez passe por um novo arranjo da praca, que também foi prometido e não realizado, com a Junta, fora das suas competências, a conceder e a ali depositar os materiais necessários, que ainda lá se encontram abandonados e a ocupar espaço, aguardando que a Câmara se decida a meter mãos à obra, o que parece que irá acontecer a breve trecho e permitirá a recolha do lixo porta a porta."

JVP - A inclusão no Plano de uma zona de recreio na Ramalha

poderá ser interpretada como sintomática de um maior atendimento da nova Junta às zonas periféricas, que, é voz corrente, têm sido votadas ao esquecimento?

Pres. Junta - "Acho que as zonas periféricas não têm estado ao abandono. Há uns dois mandatos atrás, a oposição acusava-nos de fazer tudo para a Ramalha, Corga e Fuzelha, e que era com os votos dessa gente que ganhávamos as eleições, afirmando que na zona baixa da freguesia havia descontentamento porque não se fazia nada por eles. A verdade é que todos os lugares têm merecido a nossa atenção, mas há que reconhecer que, como em qualquer outro local, também nós temos a nossa "sala de visitas", que quer queiramos quer não é a zona sul e tem de merecer a nossa atenção para que não nos envergonhe.

Mas as outras zonas não têm sido esquecidas, até porque todas elas dispõem de caminhos pavimentados e alargados, de iluminação pública e de água canalizada. O grande problema das zonas periféricas é sem dúvida a falta de saneamento, mas estamos convencidos de que ainda este ano estará concluída a central do Montinho e depois se avança para a de Soutelo.

Quanto ao parque na Ramalha, temos consciência de que aquela zona é muito habitada e que é conveniente que a juventude possa ali dispor de um espaço para a prática desportiva e daí que estejamos a pensar em fazer ali um ringue polidesportivo durante este mandato, para o que andamos já a procurar terreno.

Esperamos que venha a ter maior utilidade do que o dos Carvalhinhos, onde foram gastos milhares de contos e que está subaproveitado. Gostaríamos que surgisse uma associação a quem pudessemos transmitir a responsabilidade da gestão do ringue, de forma a acabar com a vergonhosa destruição que já ali se tem feito sentir. Com certeza não vão querer que seja eu a fazer equipas para dinamizar aquele espaço."

JVP - Ai está uma ferida de que vem padecendo esta Vila, já que para além do ringue dos Carvalhinhos, há outros equipamentos que estão lamentavelmente ao abandono, como a piscina coberta e os balneários da praia fluvial do Faial, Não acha que compete à Junta fazer algo mais do que estar à espera que surjam associações que giram e dinamizem esses importantes espaços, recorrendo, por exemplo, a animadores desportivos?...

Pres. Junta - "Todas as ideias que devam convergir para o aproveitamento desses espaços devem ser aproveitados, mas vamos por partes.

Prevê-se que a piscina possa entrar em funcionamento até ao mês de Abril, mas já no que diz respeito aos balneários da praia fluvial tor-

(Continua na pág. seguinte)

(Continuação da pág. anterior) na-se complicado encontrar uma solução. Eu continuo a achar que a gestão por clubes seria a ideal, ainda que contando com a colaboração da Câmara e da Junta e assim de eventuais animadores desportivos."

JVP - A praia fluvial do Faial continua a ser o principal e quase exclusivo local de lazer e de recreio da Vila de Prado, mas necessita reconhecida mente de uma intervenção que a dote de melhores condições de aproveitamento, não acha?

Pres. Junta - "À Junta de Prado apenas resta insistir junto das entidades competentes para que ali procedam a obras de fundo, até porque após termos sido condenados pelo Tribunal ao pagamento de uma multa por termos invadido o leito do rio para propiciar aos utentes mais uns metros onde se pudessem estender, mais não nos resta do que, em conjunto com o Clube Náutico, continuar a zelar pelo embelezamento e limpeza da praia."

JVP - Por falar em invasão do leito do rio, o que pensa do passeio construído sob a ponte filipina?

Pres. Junta - "A ponte é o "ex-

ses políticos, económicos e até ao simples prazer da crítica. No caso do prédio junto ao cruzamento, têm surgido muitas críticas e nós também as fazemos. Nós temos feito aquilo que nos compete fazer nesta situação, que é fiscalizar se há construção em zona de domínio público. É preciso ver que não nos compete a nós o licenciamento das construções, infelizmente. Antes estivesse este tipo de licenciamento sujeito ao parecer da Junta. Como não está, também nós nos espantamos, como qualquer outro cidadão, e só nos resta perguntar às entidades competentes porque concedem as licenças.

Quando à altura, responderam-nos que foi licenciada antes da entrada em vigor do PDM e que, portanto, a Câmara era livre de licenciar o que queria. Quanto ao encontrar-se muito em cima da via, tem o parecer favorável da Junta Autónoma das Estradas, pelo que julgo que está com os afastamentos correctos. Se o canal passa por baixo, foi a entidade tutelar (Hidráulicas) que o permitiu e os técnicos não viram obstáculos, até porque se questiona a utilidade futura do mesmo visto estar inoperante na maior parte da sua extensão.

"Aceito que há desigualdades de tratamento e lamento-o, mas quando nos surgiram as críticas da população só nos competia saber se o prédio (do cruzamento) estava licenciado e se o estava correctamente e as garantias que temos é que está."



libris" de Prado e temos que zelar para que ela seja preservada. Aquele passeio como está é de facto ridículo, mas a intenção na ocasião em que foi feito era a união da Ponte ao Faial e nesse caso justificava-se. Mas como tal não nos foi nem é permitido, aguardamos que entidades superiores projectem uma obra desse género, o que só deverá vir a acontecer a muito longo prazo. De momento terei que conversar com os técnicos no sentido de projectar algo que obste à actual situação de degradação que ali se faz sentir mas que seja realizável no imediato. Quanto à vegetação no leito do rio, compete às Hidráulicas proceder à devida limpeza, a quem temos alertado para o efeito."

JVP - Acha que o progresso de Prado se identifica com as construções em altura a que se vem assistindo no principal núcleo residencial de Prado. Fala-se que o prédio em construção no cruzamento está implantado em terreno público e surpreende que o esteja mesmo sobre a via pública, quando outros foram forçados a recuar alguns metros e até proibidos de publicitar a certa altura?!...

Pres. Junta - "São aspectos sub-

O prédio em si é bom para Prado, porque acho que é uma obra que provocará progresso e crescimento na nossa Terra e se se está a fazer é porque é rentável e são mais algumas dezenas de famílias e de unidades comerciais que ali se vão instalar. Os custos são relativos. Se não são cometidas ilegalidades não tenho que fazer quanto à matéria. Aceito que haja quem não goste e coibo-me de emitir a minha opinião pessoal, pelo que terá que se contentar com a minha resposta enquanto autarca."

JVP - Mas terá que concordar que há desigualdades, já que há quem tenha sido obrigado a construir a uns metros de distância da estrada?...

Pres. Junta - "Aceito que há desigualdades de tratamento e lamento-o, mas quando nos surgiram as críticas da população só nos competia saber se ele estava licenciado e se o estava correctamente e as garantias que temos é que está. Só espero que retirados os taipais e feitos os acabamentos do prédio, ele não destoe e seja mais um pólo de dinamização para a nossa freguesia."

JVP - Fala em crescimento e em progresso e se aquele é indesmentível, ainda que em

"A nossa intenção é pressionar quer a Câmara quer outras entidades no sentido de executarem obras em Prado que permitam um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, que produza bem-estar."

moldes controversos, julgamos que progresso existirá em termos económico-consumistas, mas não no que concerne, por exemplo à vertente de animação cultural. É indesmentível que há cada vez mais prédios e pessoas em Prado, mas não há correspondência em termos de centros de convívio e animação socio-cultural, desperdiçando-se edifícios históricos, permitindo-se a adulteração das suas zonas envolventes, como ocorreu com a Casa da Botica e sucede com os antigos Paços do Concelho, no lugar da Vila, e não se exigindo as devidas contrapartidas aos construtores como acontece por esse País fora...

Pres. Junta - "Já foram cometidos tantos atropelos no lugar da Vila que já não sei até que ponto é que podemos salvaguardar o que há de histórico naquela área. Se fossemos a demolir tudo o que ali se encontra despropositadamente construído isso custaria um balúrdio em indemnizações, pelo que se com o Plano de Urbanização, que, há a promessa, estará pronto até final deste ano, se evitarem novos atropelos já é muito bom.

Quanto à Casa da Botica, é sabido que nós queríamos aquilo para a freguesia, até porque o que lá está agora acabou por ser decalcado de um projecto que tínhamos na Câmara. A nossa intenção era fazer lá a sede da Junta, poder eventualmente criar ali um museu, fazer uma Biblioteca, gabinetes para as associações, e até rentabilizar o imóvel com a possível abertura de um infantiário. Aquilo nunca devia ter ido parar às mãos de particulares e nós lutamos ferozmente para que isso não acontecesse, mas houve muito pradense que não via isso com bons olhos e até os havia dispostos a pegar num tractor e a derrubar o que restava do imóvel. Agora devem estar arrependidos e serem os primeiros a acusar-nos de não ter ficado com a Casa da Botica.

Conseguir uma Casa da Cultura seria espectacular mas eu não prevejo que isso possa acontecer tão cedo e portanto temos que ir utilizando as instalações da Junta, que não são más e permitem que as pessoas possam pôr em prática ideias."

JVP - O Centro de Saúde e o posto da GNR já fazem parte do Plano de Investimento da Administração Central e estranha-se que o terreno escolhido ainda não tenha sido adquirido?!...

Pres. Junta - "Se o terreno ainda não foi comprado é por exclusiva culpa da Câmara, já que a sua compra está apalavrada há cerca de um ano entre os proprietários e o então presidente da Junta Silvestre Mota. A Assembleia Municipal deu o seu aval à concretização do negócio há mais de meio ano, mas a antiga Câmara terá preferido gastar os 70 mil contos noutros aspectos, até porque se estava próximo das eleições.

Os proprietários continuam contudo a mostrar-se dispostos a vender pela verba anteriormente acordada e logo que o negócio se realize Prado vai ficar com uma inegável mais-valia, que para além do Centro de Saúde, do Posto da GNR e ainda de uma avenida para o Parque de Jogos do Faial, poderá vir a ser usada, é o que eu defendo, para fins recreativos, desportivos e de lazer."

Interpretando as baías que estão



"Já foram cometidos tantos atropelos no lugar da Vila que já não sei até que ponto é que podemos salvaguardar o que há de histórico naquela área."

a ser executadas à margem da EN 205, no lugar do Faial, ali bem perto da sede da Junta, como um promissor primeiro sinal de que a Vila de Prado passará a ser vista com outros olhos no seio do novo poder municipal instituído, o nosso douto entrevistado mostrou-se algo preocupado com a segurança dos peões desta terra e empenhado em exigir à JAE, a breve trecho, a execução de passeios à margem das estradas nacionais.

A concluir, António Macedo, chamou-nos a atenção para a grande

novidade de surgir no Plano do executivo uma "Festa da Vila de Prado", fazendo ver que se pretende com a mesma, à parte concepções quanto à antiguidade/legalidade do estatuto de vila, "congregar as gentes da antiga Terra de Prado".

Está a Junta empenhada em levar a cabo, possivelmente em Junho, no fim-de-semana de 19 a 21, porque foi em 20 de Junho de 1991 que a Assembleia da República cedeu formal e institucionalmente à reelevação de Prado (Santa Maria) à condição de vila, uma maratona festiva estimuladora da alma colectiva dos pradenses, "até para que não digam que não há festas em Prado".

Para tanto estão os novos autarcas apostados em mobilizar os clubes, escolas e associações locais na organização de actividades de índole lúdico-recreativa e desportiva que "dignifiquem e engrandecem a nossa Terra", na forma de, vai adiantando o Presidente da Junta, jogos tradicionais, um quadrangular de futebol, uma lar-

gada de pombas, um concurso de pesca, "e porque não reeditar um arraial minhoto no Largo de S. Sebastião".

Enfim, mostram-se os nossos autarcas, talvez em jeito de réplica ao recém-decretado Dia do Concelho, apostados em celebrar a Vila de Prado, emprestando a dinamização e o necessário apoio logístico e financeiro ("2 mil contos talvez cheguem") e exortando todos os pradenses "a esquecerem a cor das bandeiras e a trabalharem em prol da cor da bandeira comum". ■



PICHELARIA CÁVADO, LDA.

AQUECIMENTO CENTRAL

ESTUDO E MONTAGENS

PISCINAS E BOMBAS

LUGAR DO FAIAL - VILA DE PRADO - 4730 VILA VERDE - TELEF. 921593 - FAX 922646



Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nº. De Matrícula 585/980115
Nr. De Inscrição 1
Nº. e data da apresentação 10
98.01.15

**EMPRESA DE TRANSPORTES
DE CRUTO, LIMITADA**
Cruto - Cervães - Vila Verde

Certifico, para efeitos de publicação que o texto que se segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre Porfírio Rodrigues da Costa, casado com Isabel Maria Gonçalves Vieira Costa, comunhão de adquiridos; Daniel Porfírio Gomes Ferreira, casado com Maria Armanda Alves Gonçalves Ferreira, comunhão de adquiridos e Daniel Alves Ferreira, viúvo.

ARTIGO PRIMEIRO - UM - A sociedade adopta a firma: "EMPRESA DE TRANSPORTES DE CRUTO, LDA.", tem a sua sede no lugar de Cruto, da freguesia de Cervães, concelho de Vila Verde.

DOIS - A sede social poderá ser transferida para qualquer outro local do concelho ou para concelho limítrofe, mediante deliberação da gerência.

ARTIGO SEGUNDO - O seu objectivo consiste no comércio de matérias de construção e transportes rodoviários de mercadorias.

ARTIGO TERCEIRO - O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, dividido em três quotas, sendo duas de cento e oitenta mil escudos, pertencentes uma a cada um dos sócios Porfírio Rodrigues da Costa e Daniel Porfírio Gomes Ferreira e uma de quarenta mil escudos, pertencente ao sócio Daniel Alves Ferreira.

ARTIGO QUARTO - UM - A administração da sociedade compete aos sócios Porfírio Rodrigues da Costa e Daniel Porfírio Gomes Ferreira, desde já nomeados gerentes, sem caução, e, com ou sem remuneração, conforme deliberação da Assembleia Geral.

DOIS - Estão incluídas nos poderes

da gerência a compra, venda e aluguer de veículos automóveis.

TRÊS - Para obrigar a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

QUATRO - Não é permitido aos gerentes contrair em nome da sociedade obrigações alheias ao seu objecto, nomeadamente em letras de favor, finanças e abonações.

ARTIGO QUINTO - UM - A cessão total ou parcial de quotas é livre entre os sócios, bem como entre estes e seus filhos.

DOIS - A cessão de quotas a estranhos, depende do consentimento da sociedade, que desde já reserva, para si, o direito de preferência na sua aquisição.

ARTIGO SEXTO - Falecendo qualquer sócio, a sociedade continuará com o sócio sobrevivente e os herdeiros do falecido, devendo estes designar um entre si que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO SÉTIMO - A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando:

a) Por inobservância do disposto no número dois do artigo quinto.

b) Falência ou insolvência do sócio titular, ou quando a quota seja penhorada ou sujeita a qualquer outro procedimento judicial;

c) Por acordo com o respectivo titular.

ARTIGO OITAVO: Salvo quando a lei exija outras formalidades ou prazos, as Assembleias Gerais serão convocadas, por qualquer dos sócios, por carta registada dirigida aos sócios, com antecedência mínima de quinze dias.

**Está conforme com o original .
Vila Verde, 26 de Fevereiro de
1998.**

**O Ajudante,
Higinio Manuel Peixoto de Sousa
Castilho.**

(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nº. de Matrícula 554/970735
Nr. De Inscrição 1
Nº. e data da apresentação 11
97.07.25

**Públicos - Gabinete de Serviços
Empresariais, Limitada.**
Av Professor Machado Vilela, 17
2º frente - Vila Verde.

Certifico, para efeitos de publicação que o texto que segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre Cristina Fiúza Esteves; Victor Manuel Pereira Gomes; João Carlos da Silva Vilaça e Francisco José Lopes de Macedo Gomes, solteiros, maiores.

PRIMEIRO

A Sociedade adopta a firma "Públicos - Gabinete de Serviços Empresariais, Lda", e vai ter a sua sede na Av. Professor Machado Vilela nr. 17 2º frente, na freguesia e concelho de Vila Verde.

SEGUNDO

A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do concelho de Vila Verde ou para concelho limítrofe, assim como criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou estrangeiro.

TERCEIRO

A sociedade tem por objecto a prestação de serviços no âmbito da contabilidade, auditoria, gestão e consultadoria, estudos de mercado e sondagens de opinião, bem como intermediação de seguros.

QUARTO

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, e corresponde à soma de quatro quotas iguais de cem mil escudos pertencendo uma a cada um dos sócios: Vitor Manuel Pereira Gomes, João Carlos da Silva Vilaça, Francisco José Lopes Macedo Gomes e Cristina Fiúza Esteves.

QUINTO

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer nas condições que forem estabelecidas em Assembleia Geral.

SEXTO

A gerência será nomeada em Assembleia Geral a convocar para o efeito que igualmente deliberará sobre a remuneração dos gerentes.

SÉTIMO

A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores da mesma para a prática de determinados actos ou categoria de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

OITAVO

Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos e representá-la em juízo e fora dele, activa e passivamente, são necessárias as assinaturas conjuntas de dois sócios gerentes.

NONO

Para actos de mero expediente bastará a assinatura de dois sócios.

DÉCIMO

A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações, nem quaisquer actos seme-

lhantes ou estranhos aos negócios sociais.

DÉCIMO PRIMEIRO

A cessão e divisão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios; porém, a estranhos depende do consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes, gozando os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo lugar, do direito de preferência.

DÉCIMO SEGUNDO

Por falecimento ou interdição de um sócio, a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou representante do interdito, devendo aqueles herdeiros nomear um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto na sociedade a quota se mantiver indivisa.

DÉCIMO TERCEIRO

No caso de dissolução da sociedade todos os sócios serão liquidatários, ficando desde já determinado que se algum pretender ficar com os bens sociais serão estes licitados entre eles, verbalmente, e adjudicados ao que maior vantagem oferecer em preço e forma de pagamento.

DÉCIMO QUARTO

As assembleias Gerais serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com a antecedência de quinze dias, salvo prazo legal mais longo.

**Está conforme com o original
Vila Verde 16 de Outubro de 1997.
O Ajudante,**

Higinio Peixoto de Sousa Castilho.
(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

Conservatória do Registo Comercial de Vila Verde

Nr. matrícula 584/980115.

Nr. inscrição 1.

Nr. data apresentação 5 98.01.15.
**Diviminho - Tectos e Divisórias do
Minho, Limitada**
Cardal - Moure - Vila Verde.

Certifico, para efeitos de publicação que o texto que segue é o contrato de sociedade da firma referenciada em epígrafe, celebrado entre António Rodrigues de Sá, casado com Isabel Maria de Araújo Rodrigues de Sá, comunhão de adquiridos e Mário Dias Barbosa, casado com Susana Ferreira Barbosa, comunhão de adquiridos.

1º

1 - A sociedade adopta a firma "Diviminho - Tectos e Divisórias do Minho, Limitada".

2 - A sede social é no lugar de Cardal, freguesia de Moure, concelho de Vila Verde.

3 - A sociedade poderá criar filiais ou outras formas de representação, onde julgar conveniente, e transferir a sede social para outros locais do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, por deliberação da gerência.

2º

A sociedade tem por objecto: - Aplicação de Tectos Falsos e Divisórias.

3º

O capital social, integralmente subscrito em dinheiro, é de Três milhões de escudos, e corresponde à soma de duas quotas iguais de Um Milhão e quinhentos mil escudos, pertencendo uma a cada um dos sócios.

4º

1 - A gerência da sociedade, dispensada de caução e remunerada ou não, conforme for deliberado em Assembleia Geral, pertence a ambos os sócios que desde já, são nomeados gerentes.

2 - Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e representá-la em juízo e fora dele, activa e passivamente, são necessárias as assinaturas dos dois gerentes.

3 - Nos poderes de gerência estão incluídos os de comprar, vender, permutar e alugar veículos automóveis e quaisquer outros bens móveis, celebrar contratos de locação financeira, e de compra e venda, trespasse e/ou arrendamento de locais destinados ao exercício da sua actividade.

4 - É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e outros semelhantes, respondendo o contraentor perante a sociedade por todos os prejuízos que

porventura lhe causar.

5º

Os lucros líquidos disponíveis, apurados em cada balanço, poderão ser destinados a qualquer reserva, fundos ou provisão ou serem distribuídos pelos sócios, conforme for deliberado em assembleia geral.

6º

A cessão de quotas, no todo ou em parte, é livre entre os sócios, autorizando-se a sua divisão para o efeito; a cessão de quotas a não sócios carece de prévio consentimento da sociedade e dos sócios não cedentes que por esta mesma ordem, terão direito de preferência.

7º

Podem ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante do capital social.

8º

Por falecimento de qualquer sócio, a sociedade continuará com os sobreviventes e com os herdeiros do falecido, que designarão um entre si, que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**Está conforme com o original.
Vila Verde, 26 de Janeiro de 1998.**

**O Ajudante,
Higinio Peixoto de Sousa Castilho.**
(Publicado no nº 132 do "Jornal da Vila de Prado", de 17/04/98)

CABANELAS

— CASA - QUINTINHA —

VENDE-SE

Vendo Quintinha com Casa rústica de pedra com bom terreno agrícola de 4.500 m2, na freguesia de Cabanelas, junto à Estrada Nacional Prado-Barcelos e a 7 km da auto-estrada (A3). Tem poço e árvores.
O próprio. Tel. 01-8408995. A qualquer hora.

Francisco Rosas & Macedo, L.da

**REPRESENTANTES PARA O CONCELHO
DE VILA VERDE DAS MARCAS**

FIAT E LANCIA

FIAT



Rua Dr. Francisco A. Gonçalves
VILA DE PRADO
4730 Vila Verde
Telefone: 921580

CÂMARA REVITALIZA ACTIVIDADE COMERCIAL

No pretérito dia 25 de Março, a Câmara Municipal de Braga, representada pelo vereador António Vilela, presidente em exercício, procedeu à assinatura de um acordo de colaboração com a Associação Comercial de Braga no âmbito do projecto de Urbanismo Comercial.

Reconhecendo o estado de degradação e desactualização de parte significativa das instalações comerciais da sede concelhia, António Vilela nem por isso deixou igualmente de admitir que Vila Verde reúne potencialidades ímpares em termos turísticos e comerciais, nomeadamente os lenços de namorados, a gastronomia, as aldeias tradicionais e toda uma riqueza paisagística, recheada de lugares verdadeiramente paradisíacos.

Na sua alocução, o presidente da edilidade em substituição do Eng.º José Manuel Fernandes, que se encontrava ausente no Brasil, sustentou que o protocolo "é motivo de grande satisfação para os vilaverdenses que de há muito anseiam por uma iniciativa deste género, pois o comércio tradicional em Vila Verde é uma actividade secular, cria muitos empregos, estabelece um vínculo de amizade entre comerciante e cliente e é o garante da preservação de manifestações genuinamente populares."

Sobre os reais efeitos de tal iniciativa, António Vilela sublinhou que "são aqui lançadas as sementes para que a actividade comercial em Vila Verde tenha um novo impulso." Garantiu ainda que "a modernização do comércio tradicional será uma realidade, não só pela credibilidade das instituições envolvidas, mas também por termos a certeza que quer da parte da Câmara Municipal de Vila Verde, quer da parte da Associação Comercial de Braga, quer ainda da parte da Direcção Geral do Comércio e Concorrência, haverá um empenhamento total, de forma a que dentro de algum tempo a oferta comercial no nosso concelho seja atractiva e apelativa para todos os vilaverdenses e para os turistas que nos visitam".

• Projecto ultrapassará 1,2 milhões de contos

Numa cerimónia que contou ainda com a presença dos presidente e vice-presidente da ACB, da vice-governadora civil de Braga, Maria do Céu Fernandes, do delegado da ACB em Vila Verde, João Gomes, e do Monseñor Melo Peixoto, o presidente da ACB sublinhou que "o volume de investimento empresarial indicativo rondará os 600.000 contos" e se se associar os investimentos a realizar pela autarquia, o projecto ultrapassará 1,2 milhões de contos.

A primeira fase respeita a investimentos urbanísticos a encetar pela edilidade, nomeadamente arranjo e ordenamento das ruas, pavimentação, iluminação, sinalética; a segunda prende-se com a modernização e qualificação das actividades económicas existentes, concretamente a realização de obras nos estabelecimentos comerciais, aquisição/instalação de novos equipamentos de apoio ao exercício da actividade e introdução de melhorias na organização e gestão do comércio.

Segundo o presidente da ACB, "a estes apoios podem candidatar-se

as empresas legalmente constituídas que se situem na área de intervenção" e os apoios financeiros que o PROCOM disponibiliza poderão atingir uma percentagem máxima a fundo perdido na ordem dos 66,6%.

A terceira vertente do projecto visa lançar acções de animação e promoção de forma a cativar o público e levá-lo a sentir-se atraído e participar no serviço prestado pela actividade comercial vilaverdense.

Os Projectos Especiais de Urbanismo são projectos que, pela sua natureza, consagram investimentos de natureza urbanística, da responsabilidade das câmaras municipais; de natureza promocional, da responsabilidade das Associações Empresariais, e de natureza comercial, da responsabilidade dos Empresários com estabelecimentos na área de intervenção. Estão envolvidas nos mesmos as seguintes instituições: Ministério da Economia; Secretaria de Estado do Comércio e Direcção Geral do Comércio e Concorrência, como entidades gestoras; os Municípios e as Associações Empresariais, como entidades promotoras; onze instituições de crédito, que recebem candidaturas e financiam os projectos de investimento.

A área de intervenção respeitante a Vila Verde contempla os seguintes arruamentos: Av. António Sérgio; Rua 24 de Outubro; Rua do Município; Rua 1º de Maio; Rua 25 de Abril; Av. Professor Machado Vilela; Praça da República; Praça 5 de Outubro; Av. Dr. Bernardo de Brito Ferreira; Av. General Humberto Delgado; Rua Dra. M.ª do Céu Vilhena da Cunha; Praça de Sto. António e Praça do Município. Nesta área existem 163 estabelecimentos comerciais.

• Alargamento a Prado: discórdia entre PSD e PS

Na mesma intervenção, o vereador da educação e cultura agradeceu à Associação Comercial de Braga, na pessoa do seu presidente, a feliz iniciativa, "reconhecendo o magnífico papel que esta instituição tem desempenhado no desenvolvimento do comércio do nosso distrito", mas reconheceu igualmente a importância do alargamento do mesmo a outras zonas do concelho de Vila Verde, "nomeadamente à Vila de Prado, outro importante pólo comercial que precisa de uma intervenção semelhante àquela que hoje se inicia na sede do concelho."

Para justificar a premência de uma tal intervenção na Vila de Prado, António Vilela sustentaria que se trata da freguesia mais populosa do concelho e tem várias infraestruturas comerciais que necessitam de ser revitalizadas, na mesma linha do que ora sucede em Vila Verde.

Também face a esta possibilidade os vereadores socialistas e o executivo social-democrata degladiam argumentos, com cada uma das partes a reivindicar para si a ideia de estender o projecto de revitalização comercial à Vila de Prado.

Em Declaração e Proposta datada de 16 de Março, os vereadores socialistas Martinho Gonçalves e Bento Faria reconhecem que o Acordo de Cooperação Institucional a celebrar entre a ACB e a Câmara Municipal de Vila Verde, que

suportará a candidatura do Projecto de Urbanismo Comercial de Vila Verde, no âmbito do PROCOM, é uma "iniciativa de reconhecida oportunidade", elogiando o dinamismo da ACB, mas lamentam que a Câmara seja "chamada a aprovar um acordo quando já se mostra encerrada, há quase um mês, a primeira fase de execução desse mesmo acordo (a definição da área de intervenção) - fase que, de facto, já terá contado com a participação da vereação a tempo inteiro e que, desde logo, limita as etapas subsequentes."

Os vereadores socialistas pretendem assim lamentar que não tenha sido solicitado o seu contributo na fase inicial, altura em que iriam chamar a atenção para "as especificidades do urbanismo comercial do nosso concelho, designadamente para o facto de também a Vila de Prado, a mais populosa e produtiva deste concelho, contar com um casco urbano comercial histórico e geograficamente definido e de apreciável dimensão."

Tratar-se-ia, afinal, de zelar para que a Vila de Prado não fosse, uma vez mais, discriminada em relação à sede concelhia. Nesse sentido, e na eventualidade de se constatar que já é tarde para alterar o âmbito geográfico do projecto em curso, propõem que a edilidade ajuste "com a ACB um outro acordo que suporte um Projecto Especial de Urbanismo Comercial para o Centro Urbano da Vila de Prado", devendo esta Vila ser contemplada com um sistema de iluminação, em toda a sua área comercial, semelhante ao da sede concelhia.

Ao protagonismo reivindicado pelos socialistas nesta como noutras matérias, o executivo social-democrata contrapõe que, de facto, quando a proposta socialista foi apresentada, já o processo seguia a bom ritmo e que apenas não incluíram a Vila de Prado por limitações temporais, embora tenham assegurado com a ACB que tal irá ter lugar posteriormente. Esta exclusão inicial de Prado terá resultado da premente necessidade de aproveitar os fundos disponibilizados para o efeito. Confirmando a alegada atenção a conceder à Vila de Prado, o presidente da Câmara, José Manuel Fernandes, asseverou aos órgãos de comunicação social que havia já solicitado a elaboração de um estudo para instalar um novo sistema de iluminação pública na mais populosa freguesia do concelho, o que deverá ser oportunamente extensivo a outras localidades.

No dizer de José Manuel Fernandes, o dinamismo que o executivo vem evidenciando está a preocupar sobremaneira os socialistas e essa é, na sua perspectiva, a única razão para terem as suas baterias apontadas para o PSD.

Hospital de Vila Verde reabre em Maio

Após vários meses de negociação, a Santa Casa da Misericórdia sempre conseguiu chegar a acordo com a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, estando prevista para o mês de Maio a reentrada em funcionamento do Hospital de Vila Verde.

A assinatura do protocolo deverá ter lugar ainda este mês, limadas que forem as últimas arestas entre as duas entidades, designadamente a comparticipação estatal para as consultas de urgência (1.200 escudos), que o Ministério da Saúde apenas garante para o período das 20 às 8 horas, altura em que o serviço de atendimento permanente do Centro de Saúde de Vila Verde não se encontrará em funcionamento. Situação que também não agrada à Santa Casa que desde o início vem almejando um serviço de urgência de 24 horas, lamentando que o Ministério da Saúde não permita aos utentes a possibilidade de optar durante o dia entre o Hospital e o Centro de Saúde.

A verdade é que o Ministério só contrata serviços quando os mesmos não são garantidos pela rede pública, para além de que é intenção da nova administração do Hospital cobrar uma taxa de 1.500 escudos no período em que a urgência não estiver a cargo do Serviço Nacional de Saúde. Nesse período, entre as 8 e as 20 horas, é ao Centro de Saúde que cabe o atendimento de casos urgentes, que apenas podem ser transferidos para o Hospital mediante autorização da direcção daquela unidade de saúde.



O beneficiado e remodelado Hospital da Misericórdia irá contar com 50 camas para internamento, para além de um reequipado bloco operatório, e proporcionará consultas em várias especialidades, assim como um variado leque de exames e análises. Persiste a clara e declarada intenção de tornar aquela ex-unidade de internamento do Hospital de S. Marcos numa instituição prestigiada e autónoma de irrefutável qualidade, ainda que não descurando um clima de colaboração mútua com o seu homólogo bracarense.

Em matéria de apetrechamento humano, a direcção clínica está já atribuída a Adelino Marques e parece não constituir problema a contratação do necessário corpo médico, técnico e paramédico, dispondo a Santa Casa em carteira de múltiplas propostas de trabalho, inclusivé oriundas da vizinha Espanha.

No que concerne às obras de beneficiação da estrutura física e ao necessário reequipamento, orçados em cerca de 240 mil contos, a direcção da Santa Casa de Vila Verde aguarda ainda do Estado 100 mil contos, após ter recebido no ano passado 40 mil.

PASTELARIA S. SEBASTIÃO

FABRICO DIÁRIO DE PASTELARIA FINA

BOLOS DE NOIVA - BAPTIZADOS
COMUNHÕES - ANIVERSÁRIOS

VILA DE PRADO - 4730 VILA VERDE
TELEF. 921 657



GALERIAS

CARLÍM

MODA JOVEM

Armandino Araújo Carvalho

Rua Francisco Lopes Ferraz, nº 10 - VILA DE PRADO - Telef. 921 621

Em "Lourenço Soares Rodrigues - Famílias"...

SERRA NEVADA APRESENTA NOTÁVEL SÍNTESE HISTÓRICA

O já sobejamente conhecido escritor e investigador Serra Nevada acaba de publicar a última obra da triade dedicada a Lourenço Soares Rodrigues, proeminente personalidade de Vila Verde que marcou a actividade económico-social dos primórdios do concelho, em meados do século passado.

Após a abordagem da vida e obra do considerado primeiro banqueiro de Vila Verde, em "Lourenço Soares Rodrigues - Documentos Inéditos", Serra Nevada centrou a sua atenção, em segundo volume, na "Casa do Hospital Velho de Vila Verde", por ali ter estado instalado o original Hospital da Misericórdia, por acção da ilustre personagem em estudo, a quem pertencera o imóvel. Desta feita, no volume III do terceiro empreendimento editorial do autor intitulado "Vila Verde - Fontes da sua História", o autor versa com perícia e sagacidade inaudita as "Famílias" do empreendedor homem de finanças que a partir de 1862, após mais de duas décadas de emigração no Brasil, onde criou apreciável fortuna, marca financeira e economicamente o recém-constituído concelho de Vila Verde (1855).

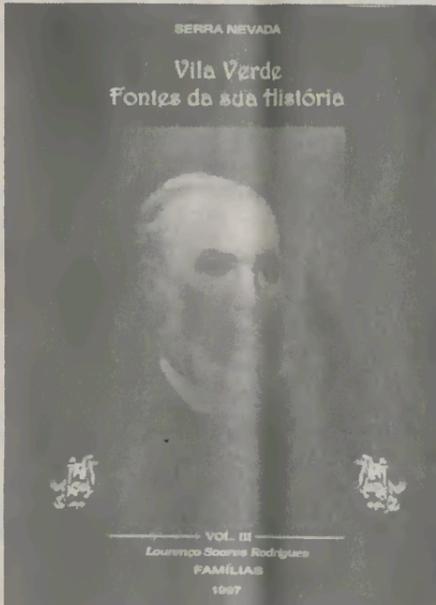
Após o imprevisto interregno marcado pela criação de "Santos Padroeiros", Serra Nevada dá forma a uma resenha histórica de notável qualidade, pela assinalável perspicácia e fascinante fluidez discursiva, da História de Vila Verde desde o recôndito séc. X até ao derradeiro quartel do século findo. Empresa tanto mais intrincada e complexa, e na mesma medida louvável e merecedora de rasgados eucónios, quanto revestida de insinuante versatilidade prosaica, porque rebuscada no emaranhado genealógico e documental caracterizador do âmago colectivo do território vilaverdense.

O próprio prefaciante, o ilustre filósofo-latínista bracarense, Dr. José Cardoso, aponta, em erudita "Nótula Preliminar", como fulcro do livro, "que fecha com chave de ouro esta trilogia" referente a Lourenço Soares Rodrigues, a "brilhaníssima" síntese histórica,

com a evocação das "figuras mais notáveis da Galeria dos Ilustres Varões / Barões de Vila Verde" e a descoberta dos "nexos entre algumas das antigas famílias dos extintos concelhos integrados no actual território vilaverdense e as famílias que constituem a frondosa árvore genealógica" do versado banqueiro, na qual consta como seu descendente directo Adelino Soares Rodrigues, bacharel em Direito, senhor da Quinta de S. João do Paraíso (onde esteve instalada a GNR), na Vila de Santa Maria de Prado.

Fundado em inúmeros documentos encontrados nos arquivos do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Verde, em registos paroquiais, nas repartições do Registo Civil e na Conservatória do Registo Predial, assim como em depoimentos de familiares de Lourenço Soares Rodrigues, Serra Nevada logra, como o refere o douto José Cardoso, estabelecer elos de ligação entre a História Medieval e a Moderna e Contemporânea de Vila Verde, em moldes de rigor possível, numa prosa narradora evidenciadora de inteligentes conexões e de cativante leitura, que foge ao tédio a que mensalmente estão associados os trabalhos de índole ou pendor genealógico.

Esta I Série de "Vila Verde - Fontes da sua História" tem, para além do mais, o condão de trazer aos escaparates, de forma cuidadosamente organizada, os documentos "inéditos", de onde têm emergido as narrativas históricas de Serra Nevada, numa declarada intenção de constituição do "Arquivo Documental de Vila Verde", que tem como objectivo "um dia vir a ser isolado, para preencher a lacuna existente, cuja, falta se faz sentir". O autor reconhece as restrições em que assenta o seu labor, mostrando-se esperançado de que "ao menos sirva de base a trabalhos futuros, mais técnicos e mais científicos, construídos por pessoas melhor dotadas".



Postura que se louva, a quem com toda a justiça reivindica a "glória" de desbravar os primeiros caminhos no sentido de que se faça luz sobre a agrilhoadada História de Vila Verde, silenciando "mentes doentias" e lacrando definitivamente "bocas que inadvertidamente dizem - Vila Verde não tem História". E prossegue Serra Nevada incansável e obstinadamente, e, quer-nos parecer, com redobrado entusiasmo e claramente com progressivo aperfeiçoamento, a saga iniciada em 1993 com "Apontamentos para a História de Vila Verde" e continuada em 1995 com as "Notas" para a mesma História. Estê novo projecto consta de mais 17 volumes, num total de mais de 3 mil páginas, estando já no prelo os volumes IV e V, dedicados a Turiz, na figura do Morgado de Cachopães, que, estamos certos, constituirão mais dois excelentes legados com que este já carismático e reputado escritor vilaverdense irá deliciar e elucidar os seus conferrâneos desvendando novas páginas de superior interesse e importância do passado da sua Terra e assim contribuindo em larga medida para que as novas e futuras gerações sintam indistigível orgulho dos seus actuais e mais ou menos longínquos ascendentes.

Amar Terra Verde forma Agentes da Qualidade da Água

A Escola Profissional "Amar Terra Verde", sediada em Vila Verde, vai desenvolver, no âmbito da Iniciativa Emprego-Eixo Youthstart, uma acção de formação de "Agentes da Qualidade da Água".

Trata-se de uma acção destinada a jovens com mais de 15 anos

que não tenham concluído a escolaridade obrigatória e pretendam ingressar no mundo do trabalho. Iniciar-se-á em Setembro e terá a duração de 1200 horas, fazendo parte do plano curricular a realização de estágios em empresas ou organismos com estações de tra-

tamento de água. Plano que assume um cariz de transnacionalidade, dado integrarem o projecto uma entidade francesa, italiana e grega, e estando prevista a definição de estratégias comuns de orientação e inserção profissional de jovens.

Ao completar 16 anos de existência...

Náutico de Prado tem identidade dupla

Fate à tremenda crise que assola a canoagem nacional, com a progressiva paralisação da normal actividade da Federação da modalidade, os dirigentes do Clube Náutico de Prado criaram na cidade espanhola de Vigo um clube náutico com a mesma designação do pradense.

Visam assim, supostamente em conjunto com habitantes da cidade galega, garantir a participação dos canoístas do clube pradense nas competições espanholas, dada a incerteza que se vive na canoagem nacional, traduzida em 1997 na não realização do Campeonato Nacional de Regatas em Linha, tido como o mais importante entre nós e alegadamente na desorganização dos certames realizados. Constituindo-se como credores de 3 mil contos da Federação Portuguesa de Canoagem, à imagem das várias associações e clubes nacionais, os dirigentes do Clube Náutico garantiram assim uma actividade regular dos seus quadros desportivos, temendo o colapso da modalidade em Portugal.

Já no ano transacto, os canoístas do Náutico de Prado participaram nos Campeonatos da Galiza e da Espanha, integrando o Clube Kayak Tudense, que dominou o panorama espanhol da modalidade. A partir do corrente mês, porém, aqueles campeonatos do país vizinho passarão a contar com a participação do Clube Náutico de Prado sediado em Vigo, o que constitui sem dúvida um forte factor de motivação para as hostes pradenses, com o senão do não acesso a competições internacionais caso a paralisação por cá se confirme. Estão porém os responsáveis pelo clube pradense esperançados de que tal não se venha a verificar, ainda que lamentem que não tenha sido implementado qualquer Plano de Alta Competição nem esteja ainda elaborado um Plano de Preparação para os Jogos Olímpicos de Sidney, que terão lugar no ano 2000, o que é desmotivante para os praticantes de alta competição. Na época passada, a presença em competições internacionais, como Campeonatos do Mundo e da Europa e Regatas de Hazewinkel, só se tornou possível com o apoio da Câmara, do Instituto do Desporto e de diversas empresas.

Dificuldades de percurso, imputáveis a terceiros, que não impediram que o clube atingisse uma apreciável dinâmica, com a beneficiação das suas instalações a assumir plano de destaque, não só pelo considerável investimento que representou (10.500 contos), como pela revolução estética concretizada. Prenda mais do que merecida para o conceituado e prestigiado clube, que ao comemorar o XVI aniversário dispõe de um palmarés invejável que muito engrandece a Vila de Prado e o concelho, enchendo de orgulho os vilaverdenses em geral.

A fundação em 24 de Fevereiro de 1982 foi assinalada com um jantar comemorativo que teve lugar nas suas renovadas instalações sociais no dia 21 de Fevereiro, em que dirigentes e associados confraternizaram, após uma Assembleia Geral em que foi aprovada a Conta de Gerência de 1997.

Mas a efeméride foi ainda assinalada no fim-de-semana seguinte com a realização de um conjunto de Regatas que trouxeram à praia fluvial do Faial os representantes de vários clubes da região e dos galegos de Tuy, para além de terem atraído um considerável número de populares.

Mulher tem gabinete em Vila Verde

As mulheres minhotas dispõem em Vila Verde de um gabinete de apoio instalado pela Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho (Adere-Minho), que tem como função a consultadoria e o auxílio em matéria de emprego e de consecução de projectos de carreira profissional.

A julgar por declarações do presidente da Associação, Abílio Vilaça, esta iniciativa pretende contribuir para uma progressiva correspondência entre a claramente maioritária população feminina e a representatividade ao nível do mercado do trabalho, onde as mulheres estão minoritariamente representadas. O Gabinete de Prestação de Serviços de Informação e Apoios às Mulheres Minhotas (GAAM), informa a Adere-Minho, destina-se concretamente "a prestar informação sobre incentivos ao investimento, direitos sociais e laborais, desenvolvimento pessoal, orientação profissional e acesso ao emprego, diagnóstico de necessidades e elaboração de projectos de investimento."



José António Queirós encontrou na Espanha saídas para a crise nacional.

APARÍCIO & FILHOS, L.DA

EXECUÇÃO DE:

URBANIZAÇÕES

PAVIMENTAÇÕES

TERRAPLENAGENS

SANEAMENTO BÁSICO...

EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS

SEDE: VILA DE PRADO - 4730 VILA VERDE

ESCRITÓRIO: TELEF. 921112 - FAX 923977

CENTRAL DE BRITAGEM: LANCHAS - VILA VERDE - TELEF. 311435

COMPRA E VENDA

DE TERRENOS

PARA CONSTRUÇÃO

VENDA

DE APARTAMENTOS

DIVISÃO DE HONRA

"Vila" vence o líder

O Vilaverdense F. C., após três resultados algo comprometedores, logrou cometer a proeza de inflingir a primeira derrota ao comandante Merelinense, que está a um passo do regresso à III Divisão Nacional.

Depois de um inesperado empate em casa com o lanterna vermelha e da derrota pela margem mínima no campo do seu mais directo perseguidor, os comandados de Dinis Rodrigues voltaram a tornar claro que lutarão com unhas e dentes, durante as cinco jornadas que restam, para manter o segundo posto da classificação, que dá também acesso ao Nacional.

Entretanto, e aproveitando a pausa da Páscoa no campeonato, a equipa participou num torneio em França, a convite da comunidade portuguesa radicada na região de Montigny Sur Loing, juntamente com as equipas do Fontainebleu, Auxerre e dos anfitriões Inter Loing

e Clube Sportive Portugais.

RESULTADOS:

Vilaverdense, 0 — Dumiense, 0
Ponte, 1 — Vilaverdense, 0
Marinhas, 0 — Vilaverdense, 0
Vilaverdense, 1 — Merelinense, 0

CLASSIFICAÇÃO (25ª Jorn.):

Merelinense	64
Vilaverdense	55
Ponte	53
Santa Maria	43
Torcatense	39
Negreiros	36
Marinhas	35
Cabeceirense	32
Martim	31
Celoricense	31
Oliveirense	26
Brito	26
Maikes Fraião	23
Bairro Misericórdia	23
Tadim	20
Dumiense	16

I DIVISÃO (Zona 1)

Lage dá "safanão" precioso

Depois da copiosa derrota sofrida em Roriz, da cauda da tabela, os pupilos de Jerónimo parece terem feito contas à vida e venceram três jogos seguidos com adversários directos na luta pela manutenção.

Deram assim um salto considerável na classificação e na direcção do objectivo de terminar a época sem grandes sobressaltos. A cinco jornadas do final estão na sétima posição, em princípio ao abrigo de quaisquer surpresas menos desejadas que costumam ter lugar no epílogo das temporadas.

Prémio merecido para um clube que completa 25 anos de existência e que tem dignificado, particularmente sob a gestão de Avelino Terra Moreira, o desporto vilaverdense. Pena é que o clube não veja satisfeito o já velho anseio de se tornar proprietário do recinto de jogos que utiliza a troco de um aluguer e de o ver dotado de melhores condições, dada sobretudo a sua exiguidade.



O Pres. Avelino Terra Moreira.

CLASSIFICAÇÃO (25ª jorn.):

Gandra	62
Alvelos	52
Viatodos	47
Apúlia	45
Vimieiro	40
Fão	39
Lage	38
Ninense	36
Os Ceramistas	35
Cabreiros	33
Arnosos	31
Os Estrelas	30
Sequeirense	30
Pousa	25
Roriz	22
Lagense	18

RESULTADOS:

Lage, 2 — Os Ceramistas, 1
Pousa, 1 — Lage, 3
Lage, 3 — Cabreiros, 2
Viatodos, 2 — Lage, 0

I DIVISÃO (Zona 2)

Pico continua a brilhar

O Pico perdeu na Páscoa a oportunidade de se aproximar do segundo classificado ao perder em Ruivães o jogo em atraso com a equipa local.

A equipa de Faria continua porém a poder pensar na possibilidade da subida de divisão já que ainda faltam cinco jornadas e tudo pode acontecer, ainda que este desaire, após nove jornadas sem conhecer o amargo sabor da derrota haja comprometido seriamente tal possibilidade. A verdade é que para os lados de Pico de Regalados nunca houve a obcessão da subida, antes a realização de uma tempora tranquila, o que decididamente está mais do que conseguido há longas jornadas. O terceiro posto acaba por constituir nesta altura um brilhante que porventura ninguém estaria a pensar naquele clube quando a época teve início.

RESULTADOS:

Gualtar, 2 — Pico Regalados, 2
Adaúfe, 0 — Pico Regalados, 2
Palmeiras, 3 — Pico Regalados, 3
Pico Regalados, 4 — Caldelas, 0

CLASSIFICAÇÃO (25ª Jorn.):

Alegrienses	60
Este	46
Pico Regalados	41
Celeirós	41
Espinho	41
Pedralva	39
Tibães	38
Gualtar	36
Ruivanense	36
CD Amares	34
Palmeiras	31
Caldelas	30
Soarense	27
Parada	20
Aveleda	18
Adaúfe	08

JUNIORES — II Divisão

RESULTADOS:

Enguardas, 2 — Vilaverdense, 1
Cabanelas, 0 — Marinhas, 1
Brufense, 2 — Pico Regalados, 3
Operário, 0 — Vilaverdense, 2
Pico Regalados, 4 — Cabanelas, 1
Vilaverdense, 4 — Marinhas, 1
Ninense, 1 — Pico Regalados, 5
Pico Regalados, 1 — Vilaverdense, 1
Outiz, 2 — Cabanelas, 4
Operário — Pico Regalados (adiado)
Cabanelas, 0 — Apúlia, 2

CLASSIFICAÇÃO (28ª Jorn.):

Palmeiras	58
Bairro Misericórdia	57
Enguardas	50
Brufense	47
Pico Regalados	46
Vilaverdense	44
Ninense	42
Alvelos	36
Sequeirense	34
Cabanelas	32
Apúlia	32
Águias da Graça	32
Marinhas	28
Operário	28
Remelhe	20
Fragoso	14
Outiz	05

JUVENIS

RESULTADOS:

Prado, 4 — Dumiense, 1
Vilaverdense, 0 — Merelinense, 5
Ávidos e Lagoa, 0 — Prado, 1
Joane, 2 — Vilaverdense, 1
Prado, 2 — Monsul, 2
Vilaverdense, 3 — Tibães, 1
Amares, 8 — Prado, 0
Dumiense, 3 — Vilaverdense, 2

CLASSIFICAÇÃO (23ª Jorn.):

Merelinense	64
Amares	57
Prado	47
Braga	47
Operário	40
Vilaverdense	33
Ruivanense	29
Joane	29
Monsul	27
Dumiense	26
Tibães	18
Bairro	15
Palmeiras	13
Ávidos e Lagoa	08

INICIADOS



O técnico dos iniciados da Lage, Joaquim Gomes.

RESULTADOS:

Fafe, 6 — Lage, 1
Lage, 1 Famalicão, 3
Bairro, 0 — Lage, 7
Lage, 0 — Taipas, 2

CLASSIFICAÇÃO:

Vizela B	57
Braga	56
Maria da Fonte	53
Fafe	53
Sandinenses	39
Merelinense	39
Ruivanense	34
Taipas	29
Guimarães	26
Amares	23
Bairro	19
Celoricense	15
Famalicão	12
Lage	10

II DIVISÃO (Série 1)

Cabanelas perde fôlego

O Cabanelas começa a comprometer a possibilidade de uma subida de escalão, sobretudo face à incapacidade de pontuar fora do seu ambiente.

Depois de ter estado nos lugares cimeiros e muito perto deles, os comandados de Costa vêm baixando progressivamente e vêem-se forçados a alterar esta tendência caso pretendam alcançar o desiderato a que se propuseram os seus responsáveis no início da época. Tudo ainda é possível, mas começa já a não depender só da vontade e das prestações próprias, dado estar muito próximo o final de mais uma temporada. Talvez esteja agora o plantel a pagar a factura de um início de época tardio e algo atribulado, que acaba por abonar a favor do meritório trabalho que, apesar de tudo, por aquelas bandas foi desenvolvido.

RESULTADOS:

Cabanelas, 3 — Vila Chã, 1
Ucha, 2 — Cabanelas, 1
Cabanelas, 3 — Cristelo, 1
MARCA, 3 — Cabanelas, 2



O técnico Costa.

CLASSIFICAÇÃO (24ª Jorn.):

Sporting Ucha	51
Necessidades	48
Forjães	46
Fragoso	43
Cabanelas	42
Antas	39
Estrelas Faro	38
Cristelo	30
Lama	28
Vila Chã	24
MARCA	23
São Veríssimo	21
Granja	19
Baluganense	13
Macieira Rates	10

II DIVISÃO (Série 2)

Prado revela fraquezas

Mantém-se a tendência evidenciada pela equipa do G. D. de Prado praticamente desde o início da temporada: a copiosas vitórias no seu reduto sucedem-se dificuldades extra-portas.

Comprovam-no sobejamente os inesperados empates alcançados em Braga com equipas do fundo da tabela classificativa. A isso não será alheio o anormal afino revelado pelos adversários em levar de vencida o histórico líder, em rectângulos menos próprios, assim como uma reconhecida débil condição física a que não será alheio o tardio arranque dos trabalhos em Prado no pretérito Verão, assim como a existência no plantel de atletas que já tinham arrumado as botas, para além de, alegadamente, se imputar ao anterior técnico um certo desleixo nesta matéria.

Seja como for, estes precalços não foram suficientes para arredar o clube alvi-negro da posição cimeira da tabela e tudo leva a crer que, com maior ou menor dificuldade, o propósito da subida ao escalão primodivisionário acabará por ser alcançado, estando o próximo em

bate caseiro com o também candidato Terras de Bouro a despertar enorme expectativa.

RESULTADOS:

Prado, 9 — Gerês, 0
Lanhas, 2 — Terras Bouro, 2
Peões, 2 — Prado, 2
Leões, 2 — Lanhas, 0
Prado, 6 — Santa Tecla, 1
Lanhas, 1 — Ferreirense, 2
Lomarense, 0 — Prado, 0
Lanhas, 1 — Estr. Figueiredo, 1

CLASSIFICAÇÃO (24ª Jorn.):

Prado	53
Enguardas	52
Terras Bouro	48
Panoienense	48
Ferreirense	45
Estrelas Figueiredo	44
Ventosa	40
Leões	38
Arsenal Devesa	36
Semelhe	31
Lanhas	24
Peões	22
Santa Tecla	14
Águias	13
Gerês	10
Lomarense	09

JUNIORES — I DIVISÃO

Prado acumula desaires

A equipa de juniores do G. D. de Prado saiu derrotada dos quatro jogos que disputou com equipas do cimo da tabela classificativa.

Foi, de facto, uma série negra que guindou os juniores pradenses para a décima posição, num campeonato em que o Famalicão se recreou, tendo mesmo atingido uma centena de golos marcados, o que é sintomático da sua clara mais-valia e das facilidades que foi encontrando.

RESULTADOS:

Amares, 4 — Prado, 0
Prado, 1 — Famalicão, 3
Fafe, 3 — Prado, 0
Prado, 1 — Maximinense, 3

CLASSIFICAÇÃO (28ª Jorn.):

Famalicão	77
Maximinense	58
Amares	56
Fafe	56
Taipas	54
Maria da Fonte	52
Merelinense	52
Santa Maria	42
Ronfe	40
Prado	36
Esposende	32
Inter Boavista	32
Brito	29
Celeirós	24
Andorinhas	21
Cabeceirense	19
Ruivanense	13
Dumiense	11

Apelo do Grupo de Montanhismo da EB 2,3 de Vila Verde

SALVEMOS OS NOSSOS CARVALHAIS

O Grupo de Montanhismo da Escola EB 2 e 3 de Vila Verde vem desenvolvendo uma notável acção de sensibilização no sentido da preservação do nosso riquíssimo património natural e nos últimos tempos tem revelado uma especial atenção ao escandaloso e até à data tristemente desregrado e impune abatimento de carvalhais em diferentes áreas, mormente na freguesia de Valdreu.

Este activo Grupo, que apresenta como principais mentores o casal de docentes de Matemática e Ciências da Natureza, Luís e Rosa Vaz, e é basicamente integrado por alunos do 2º ciclo do ensino básico, na sequência das suas diversificadas actividades realiza, não raro, caminhadas que propiciam o contacto e conhecimento directo do património natural concelhio. Desta feita, constataram que parte dos carvalhais que perduram nas terras altas do concelho de Vila Verde se encontra seriamente ameaçada por um selvagem abate destinado a lenha.

Numa breve nota escrita tendente a alertar para um atentado à mãe-natureza que pode delapidar irreversivelmente tão rico património, o Grupo de Montanhismo convém que "no lugar de Porrinhoso, em Monte Oural, a cerca de 600 metros de altitude, podemos encontrar carvalhais constituídos por Carvalho-Negral (*Quercus Pyrenaica Willd.*). Este carvalho mais resistente ao clima continental, caracteriza a vegetação Montano-continental do nordeste de Portugal. No entanto, no Alto Minho surge como substituto do carvalho-comum (*Quercus robur L.*) a partir dos 600 a 800 metros de altitude.

Nas freguesias de Aboim da Nóbrega, Gondomar e Valdreu podemos encontrar carvalhais, constituídos por Carvalho Alvarinho (*Quercus rubra L.*), mais conhecido por carvalho-comum, pois é esta a espécie que caracteriza a vegetação climática de todo o noroeste do país onde o clima é mais húmido (Região Atlântica). Estas manchas são do ponto de vista conservacionista de grande importância, já que representam os ecossistemas primitivos destas zonas geográficas que eram as denominadas "matas de roble", isto é, eram florestas caducifólias em que a espécie arbórea dominante era o carvalho-comum mas com uma composição florística muito mais diversificada do que as manchas de carvalhais existentes."

No dizer do mesmo Grupo de Montanhismo, "a destruição destes carvalhais conduz a uma progres-



siva diminuição da fauna e flora autóctone, ao empobrecimento do solo e à desertificação humana e biológica destas áreas."

Perante tão sombria perspectiva, o Prof. Luís Vaz e seus pares apelam a que todos nos empenhemos na conservação destes ecossistemas florestais naturais e nativos desta zona de Portugal, nos manifestemos indignados com acções como o abate de carvalhais que o Grupo testemunhou na freguesia de Valdreu no pretérito dia 2 de Fevereiro do corrente ano, e exijamos que quem de direito não continue de olhos fechados deixando morrer um património que com toda a certeza jamais ressuscitará.

De resto, e no seguimento desta preocupação com a preservação do nosso património natural, no Dia Mundial da Árvore, o mesmo Grupo promoveu na Escola EB 2 e 3 de Vila Verde uma palestra acompanhada por filme, proferida pelo jovem engenheiro florestal Miguel Campos, que decorreu em várias sessões ao longo de todo o dia e permitiu uma sensibilização para tão importante realidade.

É reconfortante notar que este, como outros estabelecimentos de ensino, descodificou em tempo útil o espírito subjacente à reforma do ensino, que aponta claramente para o fim de um modelo de escola que privilegie tão-somente a mera transmissão de conteúdos programáticos, de uma forma autoritária, livresca e teórica, em que o professor vem à escola apenas para "desbobinar" saberes, e trate de se lançar na árdua mas edificante tarefa de formar cidadãos conscientes e activos, neste caso dotados de uma sensibilidade ecológica, assaz relevante num tempo em que o Homem delapida o mundo natural que o rodeia e compromete irreversivelmente a qualidade de vida no planeta.

Incutir valores, despertar sensibilidades, promover a criatividade e

espírito de intervenção, através deste e bem assim de outros clubes existentes na Escola EB 2 e 3 de Vila Verde, constitui indiscutivelmente a forma mais sublime de enlevar a função formativa do ensino.

• Caminhada na Serra da Peneda

No pretérito dia 24 de Janeiro, os alunos da turma Q do 6º ano, com a colaboração do Grupo de Montanhismo e dos professores Luís Vaz, Vieira, Lígia, Dolores e Rosa Vaz, realizaram uma caminhada no Parque Nacional Peneda Gerês, onde contactaram directamente com a paisagem característica do Norte de Portugal.

Entre esses elementos naturais, pontuam matas de carvalhais (*Quercus Robur*) e o pinheiro de casquinha (*Pinus Silvestris*), que dominam na região e constituem o habitat de um elevado número de aves de rapina (águia real, águia de asa redonda, peneireiro e falcão, entre outros), cavalos selvagens, javalis, corvos, lobos, esquilos e muitos outros seres vivos. As "bezerreiras", construções típicas daquelas zonas altas, foram igualmente apreciadas pelo Grupo, bem como as "brandes", aglomerados populacionais de altitude, e as "inverneiras", de menor altitude.

No designado cruzamento do "batateiro", encontraram neve e puderam passar alguns momentos de descontração fazendo bonecos e outras brincadeiras. Deslocaram-se ainda rumo à Brande da Bouça dos Homens e desceram a pé pelo trilho da montanha ao Santuário da Senhora da Peneda, numa caminhada que duraria aproximadamente três horas, à mistura com subidas, descidas e travessias algo entusiasmantes.

No regresso, houve ainda tempo para verem o castelo de Melgaço e o palácio da Brejoeira, em Monção.

Jardins de infância dividem vereação camarária

O estatuto dos jardins de infância criados em Vila Verde no ano de 1996, ao abrigo do decreto-lei 173/95, estão na base de mais uma discórdia entre o executivo social-democrata e a oposição socialista e "popular".

O PSD pretende que os 17 estabelecimentos, cuja gestão compete ainda à Câmara, sejam incluídos na rede pública, respeitando o decreto-lei 147/97 que veio revogar o anterior dispositivo legal que permitiu a sua criação. O actual vereador da Educação, António Vilela, considera insuficiente a comparticipação estatal de 2.800 contos anuais atribuída a cada sala deste grau de ensino, porque alegadamente não permite sequer satisfazer os ordenados de uma educadora e de uma auxiliar da acção educativa, cabendo à Câmara suportar os custos acrescidos. O vereador "laranja" acusa mesmo a anterior gestão camarária de ter protagonizado um erro de gestão ao não providenciar a vinculação estatal dos 17 jardins de infância, tornando Vila Verde supostamente no único concelho da região Norte que não o fez.

O anterior titular do cargo, o "popular" Mota Alves, actual vereador da oposição, sustenta que o anterior executivo tomou a melhor opção por considerar que a gestão autárquica do ensino pré-escolar se traduz em melhores resultados a nível funcional e pedagógico. Lembrando que a rede pré-escolar criada há dois anos, que permitiu uma cobertura concelhia quase integral, contou com a colaboração do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, o ex-vereador da Educação considera que a passagem dos 17 jardins para a alçada estatal teria como consequência o eventual encerramento dos que não contam com um número mínimo de 15 crianças e o desemprego de funcionárias e educadoras contratadas pela Câmara.

Manifestando o propósito de tudo ser feito para que todos os jardins de infância se mantenham em funcionamento, a verdade é que o PSD se recusa definitivamente a mantê-los a cargo da edilidade nas actuais circunstâncias, ainda que a oposição se mostre favorável à continuidade de tal estatuto. No sentido de tentar ultrapassar a situação e de certa forma encontrar um ponto de convergência, o actual e o ex-vereador da Educação foram encarregados pelo plenário da Câmara de tentar conseguir um aumento da comparticipação do Ministério da Educação.

Caso não o consigam, tudo indica que passará mesmo a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) a gerir os 17 jardins. Esta parece mesmo a saída mais provável, porque, a fazer fé em fontes sindicais, a DREN tem já assegurado o processo de transição, o que alegadamente se traduziria em melhores condições salariais para os profissionais ligados a este tipo de ensino.

Educadores debatem "A Escola Inclusiva"

As Equipas PEPT 2000 da Escola Secundária e do Centro de Saúde de Vila Verde (PEPT 2000 Saúde) e a equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Vila Verde levaram a efeito uma Acção de Formação para os Educadores/Professores dos concelhos de Vila Verde e Braga, entre os dias 9 e 11 de Março, no Salão Nobre da Biblioteca Municipal de Vila Verde.

Os promotores da iniciativa consideram que a mesma visa não só alargar a todos os profissionais do concelho assuntos relacionados com a Educação, como ainda proporcionar aos Educadores/Professores a divulgação da realidade do dia-a-dia das suas escolas.

No primeiro dia, versando a Escola Inclusiva, entrevistaram o Coordenador dos Apoios Educativos de Vila Verde, Dr. Luís Monteiro, bem como o Director dos Apoios Educativos da DREN e a equipa da DREN. Sobre a Exclusão Escolar, proferiram palestra o Dr. João Lopes, da Universidade do Minho, e o Dr. Joaquim Duarte, do Centro de Saúde Mental de Braga.

No dia seguinte, sobre a Educação Especial, especificamente as dificuldades de aprendizagem, interveio o Prof. José Fernando Gonçalves, da escola do 1º ciclo do ensino básico de Marrancos, enquanto a Dra. Eugénia Magina, de Braga, se debruçou sobre os problemas da fala na criança. A temática dos projectos Educativos foi objecto de análise por parte das equipas PEPT 2000 da Escola Secundária e PEPT/Saúde do Centro de Saúde, de Vila Verde, cabendo à Dra. Fernanda Estela, Coordenadora do PEPT 2000/Saúde da Zona Norte, versar sobre crianças maltratadas e crianças negligenciadas.

No último dia, as Dras. Fátima Cação e Mª. do Sameiro Ferreira, debruçaram-se sobre os Animadores sociais, um recurso para o concelho, o Director da ACRAP versou os Recursos Educativos e o Projecto Vencer Barreiras - um parceiro para a educação - foi escalpelizado pela equipa do Projecto. A tarde seria ainda preenchida com a questão candente da Autonomia das Escolas, tema da intervenção do Presidente da Comissão Instaladora da Escola EB 2 e 3 de Moure, Dr. Amaro Arantes, e do Delegado Escolar do concelho de Vila Verde, Prof. Nídio Silva. O final desta, como das outras tardes, foi preenchido com um profícuo debate versando os temas que haviam sido objecto das anteriores intervenções.



Óculos de Sol
Lentes e Armações
de Marcas
Consagradas

Se tem Problemas de Visão a
ÓPTICA DE PRADO
Deve Visitar

Marcação
de
Consultas
Médico
Oftalmologista

Quinta da Botica - Loja nº 9
VILA DE PRADO
4730 Vila Verde
Telef. - 921 894

Estagiários de Português-Latim
da Secundária na senda dos talentos locais

Andreia Santos tem livro de poesia em preparação

Andreia Sofia da Silva Santos é uma jovem aluna do 11º ano de Humanidades da Escola Secundária de Vila Verde cuja veia poética começou a despontar ainda no 2º ciclo, confiadamente por influência do ilustre docente da disciplina de Português, o escritor Vergílio Alberto Vieira, com quem terá aprendido a gostar de Fernando Pessoa e Eugénio de Andrade. Daí à sua colaboração no jornal escolar "Escola Verde" foi um passo e desde então não mais parou de evoluir nesta sua caminhada pelo mundo das letras.

Inicialmente, no dizer do Núcleo de Estágio de Português-Latim da Secundária de Vila Verde, os seus poemas recaiam sobre "os problemas do mundo e não a manifestação escrita de estados de espírito e emoções particulares de que agora fala".

A partir de 1996, terá logrado definir um estilo próprio e aprendido "a ilustrar, de uma forma muito característica, os seus sofrimentos e angústias em cada poesia. Trata-se de exprimir dos pensamentos formulados por uma adolescente apanhada nas teias de um amor incorrespondido". Neste período, convêm os estagiários, "nutre uma especial afeição por Florbela Espanca, com quem muito se identifica, e Camões, que diz ser um dos maiores românticos que já viveu."

Actualmente, vem manifestando especial interesse também por Walt Withman e Frost.

No panfleto de divulgação de mais um talento vilaverdense, o referido núcleo de estágio revela que estão em fase de acabamento os textos para um futuro livro, onde se poderão encontrar "retratos fiéis" das suas inspirações, considerações pessoais e tentativas de resposta a uma nova fase da vida. Deus é indubitável e reconhecidamente o seu principal motivo de inspiração.



Notáveis percursos de José Ferraz Motta

Natural da freguesia da Lage, depois de concluído o antigo 7º ano liceal, foi chamado a cumprir serviço militar nas ex-colónias. Após a sua desmobilização, terá um percurso notável nos campos literário e jornalístico. Depois de já ter colaborado com o *Correio do Minho* antes de rumar ao ultramar, trabalhou como repórter do *Brado Africano* e no *Notícias de Lourenço Marques*. Colaborou na *Voz Africana* (Beira) e na imprensa regional portuguesa, nomeadamente no semanário da Póvoa de Lanhoso *Maria da Fonte*, no *Tribuna Livre*, de Amares, e no *Notícias do Minho*, de Braga.

Foi, de facto, no ultramar que mais se notabilizou. Em 1971, ganha o 1º prémio e menção honrosa nos jogos florais de Inhaminga. Em 1973, publica em Lourenço Marques - agora Maputo - o livro de contos *Vento nos Pinhais*, a que se seguem *Rosa-dos-Ventos* (poesia), *Braga Literária dos Anos Sessenta* (ensaio) e *Adultério* (novela).

Após a independência de Moçambique teve ainda outras participações ao nível jornalístico, tendo sido inclusive redactor do *Diário de Moçambique*, onde dirigiu a página literária "Diálogo" e publicou o romance *Uma Mulher Liquidada*.

Regressou a Portugal em 1985 e desenvolveu uma vasta colaboração na imprensa regional, mormente no *Correio do Minho*, *Notícias do Minho* e *Antena Minho Rádio de Braga*.

Teve ainda o ensejo de participar nas III e IV Antologias de Poesia Portuguesa Contemporânea e na III Antologia de Prosa Poética Contemporânea.

MISCELÂNEA

• José Fernandes da Silva



FIGURAS CÉLEBRES

D. Pedro V

Neto de D. Pedro IV, o rei-soldado, e filho de D. Maria II e de seu marido, o rei D. Fernando II, o futuro rei D. Pedro V, cognominado o "Esperanzoso", chegou ao mundo no dia 16 de Setembro de 1837, para um curto reinado, já que não atingiu os 7 anos.

Sob a regência do pai, quando contava apenas 16 anos, subiu ao trono e, dois anos mais tarde, no dia em que completava 18 anos - isto é, a maioridade -, foi proclamado rei. Aos 20 anos casa com a jovem princesa Estefânia Frederica, da casa Hohenzollern-Sigmerigen que, infelizmente, morreu passado pouco mais de um ano de noivado. A cidade do Porto honrou a memória da amada rainha, dando o seu nome a uma das suas artérias (Rua Rainha D. Estefânia, localizada a muito próxima de uma outra que lembra o esposo).

Tinha um coração que transbordava de humanidade e lembrava sempre os desprotegidos. Por essa razão, com grande frequência, visitava hospitais, asilos, irmandades, prisões (é de recordar o encontro que teve com Camilo Castelo Branco, ao visitá-lo na Cadeia de Relação do Porto, onde o ilustre escritor se encontrava preso, devido à ilícita

ligação que mantinha com Ana Plácido). Os trabalhadores eram, também, constantemente referenciados pelo monarca, que lhes dedicava um carinho muito especial. Aliás, uma das formas que tiveram para mostrar ao rei a sua gratidão, foi quotizar-se e trabalhar, com enorme ânimo e prazer, na construção de magnífico monumento, que a cidade do Porto lhe erigiu, logo após a sua morte.

Um seu biógrafo escreveu que "coube a este jovem rei o exemplo e a força moral de uma revolução nos costumes da Corte e do país".

Durante o curto reinado de D. Pedro V ocorreram algumas mudanças significativas, sempre no sentido de favorecer os humildes. Aboliu os castigos corporais, e a escravatura; dispensou o beija-mão ao rei e demonstrou independência diante de todos os súbditos, participando, activamente, nas actividades públicas. Contribuiu para que o termo "liberal" se aplicasse a todas as esferas da estrutura política e social do país. Pode mesmo afirmar-se que foi o primeiro rei moderno que apareceu nas ruas, a fim de contactar com a vida do seu povo e para atender aqueles que nunca tinham voz. Sempre mostrou um carinho imenso pelos trabalhadores e, por certo, foi uma das razões que contribuiu para u enorme afei-

ção que estes lhe dedicaram, quer ao longo da vida, quer na morte prematura, que o ceifou apenas com 24 anos de idade.

Viajou por diversas zonas de Portugal e procedeu a numerosas inaugurações, de que se destacam, entre outras, o caminho de ferro, o telégrafo e o sistema métrico.

A causa da sua morte dramática e com pouca idade, foi a febre tifóide, que aliás também vitimou os seus irmãos D. Fernando e D. João. O desaparecimento do número dos vivos ocorreu no dia 11 de Novembro de 1861.

REGOZIJO

Começa o tempo a aquecer
e os campos a verdejar;
com mil flores a pesar
estão os ramos a pender.

São os rios a correr,
as fontes a marulhar;
as aves a chilrear,
mais cedo, o dia, a nascer.

Aspira-se ar perfumado
e ouvem-se lindas canções
p'la Natureza acordada...

E eu exclamo, alvoroçado:
- Alegrai-vos, corações,
que a Primavera é chegada!!!

Sobreposta, Abril de 1972

SCRABBLE

Horizontais: 1- Conjunto de três ou mais sons sobrepostos. 4- Posição, classe, hierarquia. 8- Rei português da primeira dinastia, cognominado "O Lavrador". 9. Contr. da prep. em com o pron. dem. isso. 10- Haste roliça de madeira com que se impem as bolas de bilhar. 12- Refeição tomada à noite. 21- Proveniente da mãe. 22- Meigo, afectuoso. 24- Que tem amor. 25- Flor da roseira. 26- Farrapos. Verticais: 2- Despedida, boa viagem. 3- Porção de tabaco enrolado em papel (mortalha). 5- Dia anterior. 6- Pequeno curso de água, ribeiro. 7- Compositor alemão, nascido em Salzburgo em 1756, célebre pelas suas óperas; faleceu em 1791. 11- Lugar onde se guardam cereais; depósito de provisões. 13- Cair água da atmosfera. 14- Resina aromática que se queima em certas cerimónias religiosas. 15- Ofício, profissão, habilidade, forma, astúcia. 16- Peixe do rio de cor amarelo-alaranjado, da família dos Salmonídeos. 17- Pessoa que encaminha outra, guia. 18- Parte imaterial do ser humano. 19- Recenseamento da população. 20- Verdadeira. 23- Época fixa, assinalada por um acontecimento importante.

	2	3	4	5	6		7
1	A	C	O	R			M
8	D		N				
		10	T			C	11
				12	C		I
							A
	16		M	17			
	A						C
					V		
	M		T	E	23		
21	A						
24					R		
		26	T				

EB 2,3 de Moure promove "Jogos Florais"

O Grupo de professores que leccionam a disciplina de Língua Portuguesa na Escola do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico (EB 2,3) de Moure está a promover os "Jogos Florais 97/98", extensivos a todos os alunos que frequentem escolas do concelho entre o 5º e o 9º ano de escolaridade.

Trata-se de uma realização inserida no Plano de Actividades da Escola promotora, com que os professores coordenadores, António Luís Oliveira, Branca Silva e Fernandes Tavares, pretendem "sensibilizar os jovens para a importância da Língua Materna", des-

pertando o interesse e uma reflexão crítica pela e sobre a escrita, assim como pela própria Escola, quer pelas comunidades escolares quer pelo próprio meio envolvente. "Distinguir e divulgar casos em que a criatividade e imaginação sejam assumidas como factor decisivo para o aumento da competência da aprendizagem", constituem propósito assumido pelo trio organizador, que almeja igualmente com esta iniciativa "intensificar a dinamização socio-cultural da Escola e do Meio".

O concurso consta da produção de

trabalhos nas modalidades de poesia, conto e banda desenhada, que obviamente terão de ser originais e inéditos. O dia 18 de Maio é a data limite de recepção estabelecida pelo Secretariado dos Jogos Florais, a funcionar na Escola organizadora. Um júri constituído por cinco professores de Língua Portuguesa, três dos quais pertencentes à EB 2,3 de Moure, apreciará as obras recebidas, programada para a Semana Cultural deste estabelecimento de ensino, que decorrerá entre 24 e 26 de Junho, a atribuição pública dos prémios aos autores laureados.



METRÓPOLE
SEGUROS



ZURICH
LIFE

ESCRITAS

Gabinete de Contabilidade de Prado

Lugar do Pontido - VILA DE PRADO - 4730 Vila Verde
Telef. 921398/Telefax 922762



Lobos incomodam Aboim e Gondomar

As freguesias vilaverdenses de Aboim da Nóbrega e de Gondomar têm recebido a visita de alguns lobos atrevidos que, estranhamente, têm atacado cães de caça e de guarda, nalguns casos mesmo os que estão presos junto às moradias.

Em Aboim, provocou algum alarme o facto de um comerciante estabelecido ali bem junto ao adro da Igreja ter encontrado apenas a cabeça de uma das suas famosas cadelas de caça. O alerta público foi dado pelo reformado Domingos Costa, que afirma terem sido vistos lobos a passear nas ruas centrais de Aboim como se de animais domésticos se tratasse, revelando que a população começa a sentir-se ameaçada e exige que sejam tomadas medidas pelas entidades competentes, visto tratar-se de uma espécie protegida e, portanto, de abate proibido. O Presidente da Junta, Manuel Alves, não se mostra tão alarmado mas considera invulgar o atrevimento dos lobos, a fazer fé nos depoimentos de alguns populares. Confirmou o rumor de que terá sido visto alguém a descarregar lobos de um camião mais acima, em Gondomar, e de que os pretensos lobos vistos no adro da Igreja de Aboim mais pareciam cães selvagens.

Entretanto, Manuel Alves foi-nos dizendo que os ataques e investidas de lobos não são novidade por aquelas paragens. Contou que, há mais três ou quatro anos, algumas éguas foram vítimas dos lobos em pleno povoado, tendo sido organizada uma batida retaliadora que se mostrou infrutífera. Recordou igualmente que há cerca de um ano uma vaca foi perseguida por um lobo desde o monte, que acabou por a matar à porta da casa do dono.

Acrescenta, inclusivé, que aquela região é sobretudo pródiga em javalis, o que se traduz na destruição das plantações mais próximas dos montes e que apesar da abundância de caçadores, ninguém parece conseguir caçar estas espécies selvagens devido à sua matreirice e à vegetação cerrada.



Um "funil" do maior fojo de lobos do País (Gondomar).

• Situação normal em Gondomar

O Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar, Carlos Peixoto, também não vê motivo para alarme, afirmando mesmo que "todos os anos surge um caso ou outro mas as pessoas já estão habituadas".

Naquela região montanhosa do norte do concelho, na encosta poente de Santo António de Mixões da Serra, é mesmo comum ser dado a observar ao visitante a presença de reses de gado a pastar e a encaminharem-se sozinhas para as cortes dos seus donos, mugindo para que abram as portas quando as mesmas estão encerradas. O autarca diz, portanto, não se ter ultimamente a qualquer caso motivador de particular preocupação, não deixando os criadores de gado de soltar os seus animais, até porque são indemnizados caso os percam por ataques de lobos.

Segundo Carlos Peixoto, os lobos não são actualmente muitos e confia mesmo que um engenheiro florestal lhe terá dito que podia tratar-se mesmo de cães selvagens, as bestas que têm sido vistas, face ao seu estranho comportamento. Revelou-nos que no passado eram bem mais complicados os problemas com os lobos, de tal forma que foi ali construído um fojo de captura que "é o maior de todo o País". Trata-se de uma parede com 2 metros de altura e 2 kms de extensão destinada a encurralar os lobos e a fazê-los cair em funis, capturando-os vivos, que pelos vistos remonta a 1500. Outrora, as pessoas das freguesias de toda aquela área, quando se sentiam ameaçadas, reuniam-se para batidas, para o que eram necessárias, segundo o Presidente da Junta, pelo menos 500 pessoas. Há mais de 25 anos que não é feita nenhuma e a notícia da captura de dois lobos vivos remonta a 1755.

Segundo o Prof. Catedrático Aurélio de Oliveira...

TÚMULOS CONFIRMAM TEMPLÁRIOS EM CERVÃES

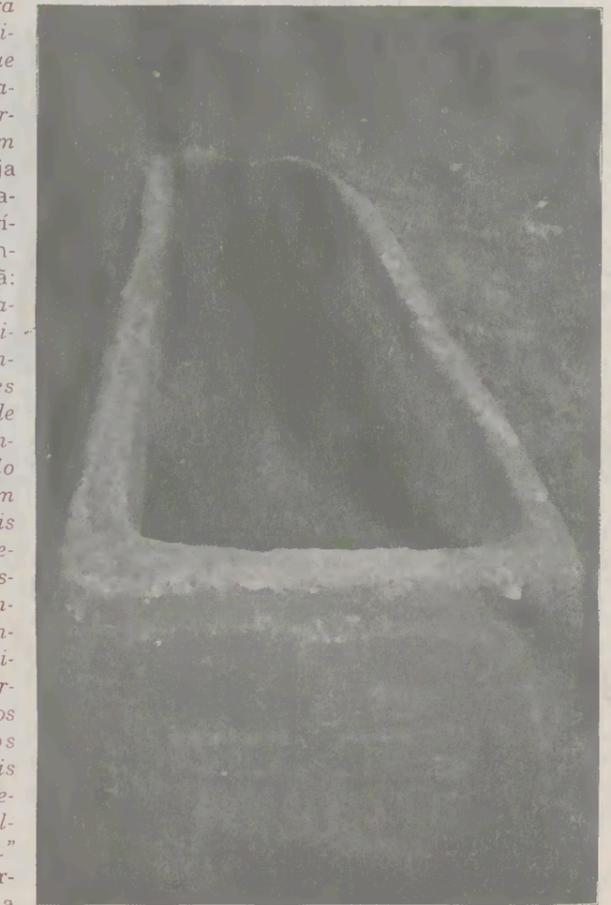
O distinto e conceituado Professor Catedrático cervanense da Universidade do Porto, Aurélio de Oliveira, veio a público afirmar categoricamente que Cervães foi sede de um mosteiro da Ordem do Templo.

Conclusão a que chegou ao ser confrontado com a existência de dois monumentais túmulos graníticos recentemente desenterrados por uma máquina retroescavadora, no âmbito do arranjo e embelezamento da zona a norte da Igreja Paroquial. Achado que não data de agora, visto que, apurámos, já em Novembro de 1994, estes mesmos sarcófagos haviam sido detectados aquando da pavimentação do adro que circunda a Igreja, mesmo junto à parede lateral norte. No entanto, o pároco de então terá ordenado de pronto que voltassem a ser soterrados uns metros mais acima em terreno particular, ao que parece tendo que o achado inviabilizasse a conclusão da obra. Só que em Novembro do ano passado, com esse mesmo terreno já na posse da Fábrica da Igreja, voltaram a ser desenterrados face ao arranjo e ajardinamento a que também essa zona está a ser submetida.

Trazidos assim à luz do dia, permitiram ao Dr. Aurélio de Oliveira concluir que não restam agora quaisquer dúvidas de que, como refere em duas magníficas peças publicadas no "Diário do Minho", "a freguesia de Cervães foi sede de um mosteiro dos Cavaleiros Templários, que o terão ocupado logo desde os primórdios do seu aparecimento em Portugal, seguramente antes de 1138. Possuíam-no e ocupavam-no pelos finais do séc. XII, princípios do XIII, e terão permanecido na sua posse até à extinção da Ordem, consumada por 1319-1320." Mostra-se mesmo o douto cervanense convencido de que a sua terra natal "terá

sido a primeira ou das primeiras terras que acolheu os cavaleiros desta Ordem Militar em Portugal", cuja acção foi fundamental no período da Reconquista Cristã: "Foram 'companheiros' das lides de D. Afonso Henriques nestas Terras de Braga nesse longínquo século XII. Depois, em territórios mais a Sul, prosseguiriam no esforço da Reconquista e na consolidação e vigilância das terras tomadas aos muçulmanos antes e depois da anexação definitiva do Algarve em 1249."

Chamou particularmente a atenção deste reputado vulto da historiografia, uma das peças tumulares, de 2,30 metros de comprimento, em que se pode descortinar nos dois topos a Cruz dos Templários em alto relevo e numa das alças três arcos ligeiramente desviados, o que o leva a pensar que terá estado em "nicho tumular de parede lateral" e que, pela sua magnitude e ornamentação aludida, o que não acontece com a outra peça, terá mesmo sido o túmulo de D. Volasco Venegas (Vasco Viegas), "pelo certo o Prior do Mosteiro Templário que no ano de 1186 ordenou a reconstrução de igreja ou capela de cenóbio que até então ali existiria".



"que pode ter mantido elementos arquitectónicos e decorativos dos tempos anteriores", terá permanecido pelo menos até ao séc. XVI.

Como certo tem, fundado naquelas "Memórias", que na altura da reconstrução do séc. XVIII já não existia na íntegra, por ali se referir que nessa altura se encontravam à vista, no adro junto à Igreja, vários túmulos assentes na terra e ainda com as respectivas tampas, alguns com as armas esculpidas. Concluindo pois, não se tratando dos agora encontrados, que no local a norte da Igreja onde estes estavam se encontram outros enterrados.

Outro elemento que suscita uma certa expectativa é um busto que se encontra incrustado no muro a nascente da Igreja, que terá que ser liberto do cimento para se apurar se eventualmente não terá feito parte da cobertura do sepulcro ora desenterrado, cuja tampa também deverá rondar algures naquela zona, ou integrado a decoração da igreja românica, possivelmente figurando o seu construtor, Vasco Viegas. Aurélio Oliveira acredita ainda que dois dos escudos que se encontram anexados nas paredes da residência paroquial faziam parte do conjunto sepulcral, integrado fulcralmente pelo impressionante sarcófago que agora se encontra arrumado num canto do quintal da casa paroquial à espera de uma eventual reconstituição integral e de um melhor paradeiro.

"Acaba-se, pois, a lenda e começa a realidade." — afirma categoricamente o Dr. Aurélio Oliveira, não tendo dúvidas, para concluir, que "estas duas peças revelam-se um achado do maior interesse histórico documental, não só para a freguesia, como para toda a zona central do Cávado e, creio mesmo, para o país, atentos os novos dados que podem vir a trazer sobre a Ordem dos Templários em Portugal."



Amabilidade de Foto José Macedo, Cervães (1ª pág. idem).

JORNAL DA VILA DE PRADO

DIRECTOR: Alfredo Pedrosa.

CHEFE DE REDACÇÃO: Jorge Pedrosa

CORPO REDACTORIAL: António Adelino Silva; António Zamith Rosas; João Pereira; João Macedo.

COLABORADORES: José Fernandes (Freiriz), Amaro Arantes (Vila Verde), Francisco Azevedo, João Sousa, Manuel Correia, Manuel Faria e Vítor Gonçalves (Prado), Gota d'Orvalho (Soutelo), Loureiro (Porto), Serra Nevada (Geme).

PROPRIEDADE E ADMINISTRAÇÃO: Casa do Povo da Vila de Prado Empresa Jornalística n.º 215 513 Mensário Registado na DGCS sob o n.º 110 249

CORRESPONDÊNCIA: Casa do Povo da Vila de Prado Praça Comendador Sousa Lima 4730 Vila Verde Tel.: 921120 Contribuinte n.º 501 063 846 Depósito Legal n.º 7388/84

CONDIÇÕES DE ASSINATURA: Em Portugal e no estrangeiro: 1.000\$00

PREÇO: 85\$00 TIRAGEM: 1.750 ex.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: TIPOPRADO - Artes Gráficas, L.da Travessa do Bom Sucesso - Vila de Prado